

A high-magnification electron micrograph showing numerous spherical COVID-19 virus particles. The particles are dark blue with bright yellow/orange spikes protruding from their surfaces. They are densely packed against a black background.

# Socioantropologia da Covid-19

leituras para estudantes  
da HZ559-B

Seleção  
*Pedro P. Ferreira*



Campinas  
2020

**Capa:** Micrografia eletrônica de varredura colorizada (*colorized scanning electron micrograph*) de uma célula apoptótica (azul) fortemente infectada por partículas (vermelhas) do vírus SARS-CoV-2 (o “novo coronavírus”, que causa a Covid-19). Imagem produzida e divulgada pelo National Institute of Allergy and Infectious Diseases (NIAID).

**Fonte:** <<https://www.flickr.com/photos/niaid/49679608341/in/album-72157712914621487/>>.

# Sumário

[1]	<b>Apresentação</b> <i>Pedro P. Ferreira (30/03/2020)</i>	4
[2]	<b>A perspectiva do vírus</b> <i>Alexander Galloway e Eugene Thacker (2007)</i>	35
[3]	<b>O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã</b> <i>Byung-Chul Han (22/03/2020)</i>	53
[4]	<b>Reflexões geográficas em tempos de pandemia</b> <i>Rogério Haesbaert (24/03/2020)</i>	77
[5]	<b>A crise sanitária incentiva a nos prepararmos para as mudanças climáticas</b> <i>Bruno Latour (24/03/2020)</i>	102
[6]	<b>Aprendendo com o vírus</b> <i>Paul B. Preciado (28/03/2020)</i>	112
[7]	<b>Epidemia de neoliberalismo</b> <i>Raúl Zibechi (29/03/2020)</i>	151
[8]	<b>Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise</b> <i>Bruno Latour (29/03/2020)</i>	158
[9]	<b>Alguns questionamentos sobre governo, um vírus e a fome</b> <i>Lis Furlani Blanco (30/03/2020)</i>	174
[10]	<b>5 coisas que eu aprendi sobre o coronavírus até ficar preso na Índia</b> <i>Michel Alcoforado (14/03/2020)</i>	186
[11]	<b>Coronavírus: lições anti-negacionistas e o futuro do planeta</b> <i>Marcelo de Troi e Wagner Quintilio (31/03/2020)</i>	207

[1]

# Apresentação

*Pedro P. Ferreira*

30/03/2020

Esta é a segunda versão de uma coletânea de textos escritos sobre a pandemia global do Covid-19, enquanto ela acontece (publicados na *Internet* entre os dias 22 e 31 de março de 2020), por pensadores da Coreia do Sul, Brasil, França, Espanha e Uruguai.<sup>1</sup> Também foi incluída, logo após esta introdução, uma tradução minha para algumas páginas

---

<sup>1</sup> A primeira versão desta coletânea continha apenas os oito primeiros textos presentes nesta, e foi compartilhada eletronicamente em 01/04/2020.

particularmente oportunas de *The Exploit*, dos norte-americanos Alexander Galloway e Eugene Thacker.

Estes textos foram selecionados por mim, para os estudantes da disciplina de graduação *HZ559-B – Sociologia da Ciência*, oferecida no primeiro semestre de 2020 pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os textos **não são** de minha autoria, muito menos de minha propriedade. Eu simplesmente copiei os textos da *Internet* e os editei neste formato. A fonte original dos textos é indicada logo no início de cada um deles.

O objetivo desta coletânea é duplo. Por um lado, compartilha um trabalho meu, de leitura e seleção de textos que me parecem particularmente úteis para refletir, em quarentena, sobre a pandemia global de Covid-

19. Por outro lado, busca contribuir para que os estudantes da disciplina HZ559-B aproveitem a quarentena, e o teletrabalho imposto pelo Estado, para se desenvolverem como seres humanos e como cidadãos.

Os textos aqui compilados não apresentam nenhuma unidade teórica. São autores diversos, que escrevem a partir de perspectivas diferentes, não necessariamente convergentes. O que têm em comum é o fato de estarem escrevendo em março de 2020, e com propriedade, sobre a pandemia do “novo coronavírus”. Os textos também não foram exaustivamente revisados e editados para este volume.

Como complemento a esta apresentação, e recurso para as leituras que seguem, ofereço: (1) um comentário meu sobre um monólogo de um vírus francês (seguido de um remix próprio desse monólogo); e (2) uma rápida referência

ao papel do vírus no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

## **Monólogo de um vírus francês**

Em 21 de março de 2020 o site *lundimatin* publicou o texto “Monologue du virus”.<sup>2</sup> Traduzido para o português como “Monólogo do vírus”,<sup>3</sup> ele é estranhamente apresentado como “Anônimo”, quando foi evidentemente escrito por um vírus francês – um vírus que cita François Quesnay e Lois-Auguste Blanqui, evoca o Antropoceno e a Revolução Francesa, e faz curvar Emmanuel Macron. Trata-se, portanto, mais do monólogo “de um” vírus, do que “do” vírus. Fiquei, por exemplo, pensando como seria diferente se o monólogo fosse de um vírus brasileiro... faria curvar nosso presidente?

---

<sup>2</sup> Cf.: <<https://lundi.am/Monologue-du-virus>>.

<sup>3</sup> Cf.: <<https://lundi.am/Monologo-do-virus>>. Foi realizada também uma tradução para o português quase brasileiro, pela editora n-1.

O vírus francês dá toda a pinta de ser um revolucionário eco-anarquista. Ele não dá nenhum valor para governantes e políticos em geral: “aqueles que vos levaram ao abismo” e que fingem “tirar-vos dele” “só vos prepararão um inferno mais perfeito, um túmulo ainda mais profundo”. Bancos também não parecem nada estimados por ele, e viver sem poder cultivar um jardim é, para ele, o mesmo que suicídio. Ele só acredita no cuidado de si e daquilo com que nos identificamos, numa espécie de solidariedade mecânica durkheimiana: “cuidar de si mesmo, daqueles que amamos e do que amamos naqueles que não conhecemos”. É um vírus que, por motivos que Pierre Clastres poderia bem explicar, não surgiria numa sociedade Guarani. Mas um vírus que resolveu falar a partir de um contexto no qual o próprio ato de ir “viver com os vossos entes queridos [...] em casa” e parar de “estar

em trânsito rumo à morte”, leva a “odiar o vosso marido”, “odiar os vossos filhos” e “explodir o cenário da vossa vida quotidiana”.

É um vírus altamente crítico com relação a “todo este absurdo lucrativo”, a “toda essa sociabilidade inebriada que é apenas o contrário da angustiada solidão das mónadas metropolitanas”. Com ares de pastor, o vírus francês prega eloquentemente:

A verdade é que, já não estavam neste mundo nessas metrópoles de separação. O vosso mundo já não era habitável em nenhum dos seus pontos, se não em fuga constante. Tinham de se atordoar com o movimento e a distração à medida que o hediondo ganhava terreno. E o fantasmagórico reinava entre os seres. Tudo se tinha tornado tão eficaz que já nada fazia sentido. Agradeçam-me por tudo isto e sejam bem-vindos à terra!

Este singular vírus também acredita que devemos agradecê-lo por fazer-nos parar de

considerar “necessárias todas estas coisas aparentemente inquestionáveis, cuja suspensão é imediatamente decretada”, por podermos “finalmente viver a vossa [nossa] própria vida, sem os milhares de subterfúgios que, mal ou bem, sustentam o insustentável”. “Agradeçam-me”, ele insiste, pois “coloco-vos ao pé da encruzilhada que tacitamente estruturou a vossa existência: *economia ou vida*”. Mas o que um vírus francês sabe da nossa vida, ou de nossa existência? Por acaso “[a] globalização, as competições, o tráfego aéreo, as restrições orçamentais, as eleições, o espectáculo das competições desportivas, a Disneylândia, os ginásios, a maioria das lojas, o parlamento, o encarceramento escolar, as aglomerações de massas, a maior parte dos trabalhos de escritório” parecem igualmente “inquestionáveis” no Brasil quanto parecem na França?

Quando, mais uma vez, se regozija de que “[g]raças a mim, por um tempo indefinido, não trabalharão mais, os vossos filhos não irão mais à escola”, o vírus francês está falando dos trabalhadores com cada vez menos direitos, que ficarão sem empregos se não forem trabalhar, ou se forem trabalhar gripados? Está falando das crianças educadas pelos valores neoliberais das mídias eletrônicas em escolas sem recursos? Quando ele se apresenta como uma oportunidade para a invenção de uma “nova *arte da distância*”, estará ele falando de pessoas que nem sequer têm um cômodo no qual se isolarem? Quando ele afirma que “[n]inguém consegue ignorar quanta polícia, quanta vigilância, quanta propaganda, quanta logística e quanto teletrabalho será necessário” para suprimir o fato de que “[a] economia é o desastre”, de quem ele está falando? Certamente não de todos os brasileiros que

estão, neste momento, precisando se virar na mão de empresas como *Skype*, *Whatsapp*, *Facebook*, *Youtube* e *Google* para atender às exigências da quarentena à *la brésilienne*. Um vírus brasileiro talvez dissesse: “Me culpe por te condenar ao teletrabalho precarizado!”

Outra passagem bastante típica do monólogo do “revíruscional” francês é seu último para que decidamos: ou nós nos aliamos à sua revolução eco-anarquista (e o agradeçamos por isso); ou que nos estrepemos nas mãos desses governantes capitalistas neoliberais.

A decisão é vossa. O que está em jogo é histórico. Ou os governantes vos impõem o seu estado de exceção ou vocês inventam o vosso. Ou vocês se apegam às verdades que estão a vir a lume ou colocam a cabeça no cepo. Ou vocês aproveitam o tempo que vos estou a dar agora para imaginar o mundo do depois, a partir das lições do colapso a que estamos a assistir, ou ele será completamente radicalizado.

Mas por que, irado vírus francês, precisamos nos dilacerar em alternativas infernais que parecem feitas por, e para, colonizadores? Um vírus brasileiro talvez devesse ser mais pragmático: afinal, quem é o vírus aqui? De qualquer forma, segue abaixo um extrato de algumas passagens do monólogo do vírus francês que, a meu ver, merecem ser aproveitadas no discurso de outras cepas menos *chics* do Covid-19. Podemos chamar isso de “mutação”.

\* \* \*

## **Monólogo [de um] vírus [Mutant Remix]**

Olhem para mim com cuidado: *sou apenas a outra face da Morte que reina.*  
Por isso, parem de me culpar, de me acusar, de me perseguir.  
Parem de paralisar-se perante mim.  
Tudo isso é infantil.

Que pena que apenas reconheçam no universo aquilo que se vos assemelha.

Mas, acima de tudo, parem de dizer que sou eu quem vos está a matar.

Não estão a morrer por causa do que estou a fazer aos vossos tecidos, mas porque deixaram de cuidar dos vossos semelhantes.

Só estou a cumprir a sentença que vocês próprios pronunciaram há muito tempo.

Os mais honestos de vós sabem bem disso: não tenho outro cúmplice que não a vossa própria organização social, a vossa loucura da 'grande escala' e da vossa economia, o vosso fanatismo do sistema.

Olhem para mim como o vosso salvador e não como o vosso coveiro.

São livres de não acreditar em mim, mas *eu vim desligar a máquina cujo freio de emergência vocês não encontram*.

Eu vim suspender a operação da qual vocês são reféns.

Eu vim expor a aberração da 'normalidade'.

Nós somos os vossos ancestrais, como as pedras e as algas, e bem mais do que os macacos.

Nós estamos onde vocês estão e também onde não estão.

Se vocês não tivessem sido tão vorazes uns com os outros como foram com tudo o que vive neste planeta, ainda haveria camas, enfermeiros e ventiladores suficientes para sobreviver à devastação que causei nos vossos pulmões.

Se não armazenasseis os vossos velhos em casas moribundas e os vossos cidadãos saudáveis em ratoeiras de betão armado, também vocês não estariam lá.

Se não tivessem transformado a ainda ontem exuberante, caótica, infinitamente povoadas amplitude do mundo – ou melhor dito, dos mundos – num vasto deserto para a monocultura do Mesmo e do Mais, eu não teria sido capaz de me lançar à conquista planetária das vossas gargantas.

Se durante o último século não se tivessem convertido praticamente todos em cópias redundantes de uma mesma forma insustentável de vida, não se estariam a preparar

agora para morrer como moscas abandonadas na água da vossa civilização adocicada.

Se não tivessem transformado os vossos ambientes em espaços tão vazios, transparentes e *abstractos*, podem ter certeza que eu não estaria a mover-me à velocidade de um avião.

Proponho-vos que mudem de visual: há uma inteligência imanente na vida.

Não precisam de ser um *sujeito* para ter uma memória ou uma estratégia.

Não é preciso ser-se soberano para decidir.

As bactérias e os vírus também podem fazer com que *chova ou que faça sol*.

Apenas os sistemas são 'vulneráveis'. O resto vive e morre.

Só há vulnerabilidade para aquilo que aspira a controlar, para a sua própria extensão e perfeição.

É uma civilização, e não vocês, que eu venho enterrar.

\* \* \*

## Entre vírus e devires

O modo de existência do vírus permitiu a Gilles Deleuze e Félix Guattari falarem sobre algumas de suas principais ideias. Num rápido levantamento da palavra “vírus” em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, cheguei em três

textos. Segue abaixo uma breve síntese daquilo que eles falam sobre vírus nesses textos.

No texto “Rizoma”, Deleuze e Guattari (2000) elencam seis “Princípios”: (1º) de conexão; (2º) de heterogeneidade; (3º) de multiplicidade; (4º) de ruptura a-significante; (5º) de cartografia; e (6º) de decalcomania. É no contexto do 4º princípio (de ruptura a-significante), que eles retomam o tema, já trabalhado em *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, da “mais-valia de código” no duplo devir vespa-orquídea, explicando que:

A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se reterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade. (Deleuze e Guattari 2000:18)

Os autores destacam que não se trata apenas de “mímese, mimetismo, fingimento”, “imitação nem semelhança” (isso só ocorre “no nível dos estratos”), mas sim “de algo completamente diferente”:

[C]aptura de código, mais-valia de código, aumento de valência, verdadeiro devir, devir-vespa da orquídea, devir-orquídea da vespa, cada um destes devires assegurando a desterritorialização de um dos termos e a reterritorialização do outro, os dois devires se encadeando e se revezando segundo uma circulação de intensidades que empurra a desterritorialização cada vez mais longe. [...] [E]xplosão de duas séries heterogêneas na linha de fuga composta de um rizoma comum que não pode mais ser atribuído, nem submetido ao que quer que seja de significante.  
(Deleuze e Guattari 2000:18-9)

Estamos, assim, diante de dois seres: a orquídea e a vespa. Dois seres em evolução a-paralela, segundo a qual a orquídea se desterritorializa na vespa ao reterritorializar sua silhueta, e a

vespa se desterritorializa na orquídea ao reterritorializar o sistema reprodutor dela. Deleuze e Guattari (2000:18-9) usam um conjunto de termos expressivos de uma certa política libidinal, como “captura de código”, “mais-valia de código”, “aumento de valência”, para se referirem a esse duplo devir, segundo o qual algo que acontece entre a vespa e a orquídea se torna parte inseparável de suas respectivas transformações. Eles parafrasearam o biólogo Rémy Chauvin, para nomear esse processo como uma “[e]volução a-paralela de dois seres que não têm absolutamente nada a ver um com o outro” (Deleuze e Guattari 2000:19).

Neste ponto, eles passam para o caso do “vírus de tipo C”, ao qual os biólogos Raoul E. Benveniste e George J. Todaro dedicaram alguns artigos desde os anos 1970. Aquilo que até aqui foi apresentado como um duplo-devir

da vespa e da orquídea, passa a ser apresentado como uma nova entidade, o vírus, bloco de devir entre múltiplas espécies.

Em certas condições, um vírus pode conectar-se a células germinais e transmitir-se como gene celular de uma espécie complexa; além disso, ele poderia fugir, passar em células de uma outra espécie, não sem carregar “informações genéticas” vindas do primeiro anfitrião (como evidenciam as pesquisas atuais de Benveniste e Todaro sobre um vírus de tipo C, em sua dupla conexão com o ADN do babuíno e o ADN de certas espécies de gatos domésticos). (Deleuze e Guattari 2000:19)

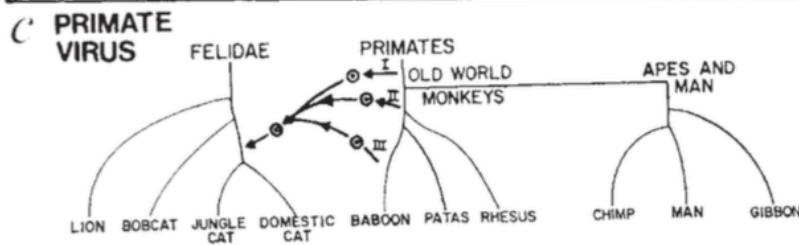
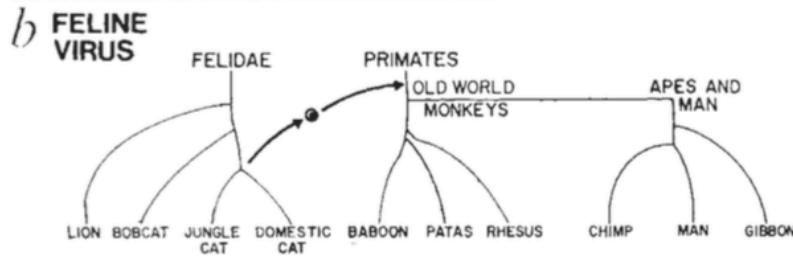
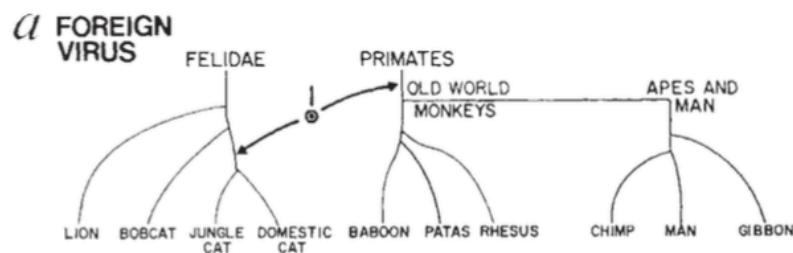
Numa nota de rodapé, Deleuze e Guattari (cf. 2000:19 nota 4) citam o seguinte trecho do artigo “Le rôle des virus dans l'évolution”, publicado por Beneviste e Todaro no número 54 da revista *La Recherche*, em 1975:

Após integração-extração numa célula, e tendo havido um erro de excisão, os vírus podem carregar

fragmentos de ADN de seu anfitrião e transmiti-los para novas células: é, aliás, a base do que se chama *engenharia genética*. Daí resulta que a informação genética própria de um organismo poderia ser transferida a um outro graças aos vírus. Se se interessa pelas situações extremas, pode-se até imaginar que esta transferência de informação poderia efetuar-se de uma espécie mais evoluída a uma espécie menos evoluída ou geradora da precedente. Este mecanismo funcionaria então em sentido inverso àquele que a evolução utiliza de uma maneira clássica. Se tais passagens de informações tivessem tido uma grande importância, seríamos até levados em certos casos a *substituir esquemas reticulares (com comunicações entre ramos após suas diferenciações) aos esquemas em arbusto ou em árvore que servem boje para representar a evolução*. (Benveniste e Todaro, *apud* Deleuze e Guattari 2000:19 nota 4)

Beneviste e Todaro (*apud* Deleuze e Guattari 2000:19 nota 4) mostram, a partir de casos nos quais poderia ter havido “transferência de informação [...] de uma espécie mais evoluída a uma espécie menos evoluída ou geradora da precedente”, a vantagem de “*substituir*

*esquemas reticulares (com comunicações entre ramos após suas diferenciações) aos esquemas em arbusto ou em árvore que servem boje para representar a evolução*”. Infelizmente não encontrei o artigo publicado em *La Recherche*, mas em outros dois artigos publicados na mesma época por Benveniste e Todaro (1974, 1975), encontrei diagramas que ilustram perfeitamente tais “esquemas reticulares”:



**Fig. 3** Schematic representation of models which could account for the presence of related virogene information in primates and domestic cats. *a*, Common foreign virus infection of ancestors of both Old World monkeys and domestic cats. *b*, Infection of the ancestors of Old World monkeys and apes by a cat virus. *c*, Infection of the ancestors of domestic cats and jungle cats by a primate virus. Three possible times for the infection are shown and discussed in the text: (I) before the Old World monkeys and apes diverged (> 30 Myr ago); (II) before the Old World monkeys diverged (> 5–10 Myr ago); (III) recently by a baboon C-type virus (< 10 Myr ago).

**Fig.01:** Figura 3 de Benveniste e Todaro (1974:458), demonstrando possíveis vias de cruzamento genético, mediado por vírus, entre ramos filogenéticos já diferenciados (neste caso, felinos e primatas).

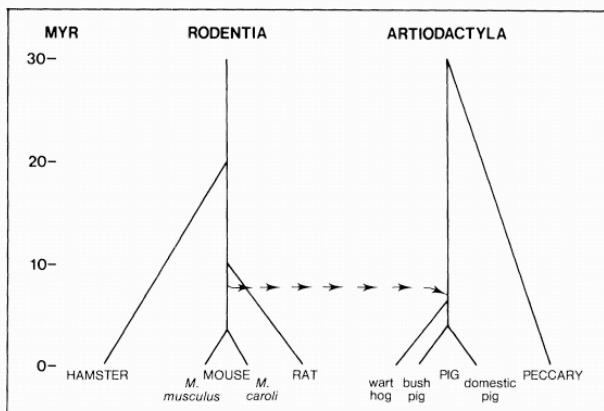


FIG. 3. Transmission of murine virogenes to the porcine germ line. The approximate divergence times for the various rodent species are taken from Rice (11). The estimates for the divergence time of the artiodactyls are derived from the data in Table 2, assuming that the average porcine generation time is 3–4 years, and that a  $1^\circ$  difference in the  $T_m$  of nonrepetitive DNA corresponds to  $1 \times 10^6$  generations. This value has previously been shown to relate nucleotide changes to evolutionary distance based on the fossil record of primates and other mammals (2, 6, 24).

**Fig.02:** Figura 3 de Benveniste e Todaro (1975:4093), demonstrando possível via de cruzamento genético, mediado por vírus, entre ramos filogenéticos já diferenciados (neste caso, roedores e artiodátilos).

Mais adiante, em “10.000 a.C – A geologia da moral (quem a Terra pensa que é?)”, Deleuze e Guattari (2000:68) retomam implicitamente as pesquisas de Benveniste e Todaro para falarem das “transferências de fragmentos de código entre células oriundas de espécies diferentes, Homem e Rato, Macaco e Gato, por intermédio de vírus ou outros procedimentos”.

Ao apresentarem “[c]omunicações transversais [“ao-lado”] entre linhas

diferenciadas embaralham as árvores genealógicas”, as pesquisas de Benveniste e Todaro ajudaram Deleuze e Guattari (2000:19-20, 68) a evidenciarem um “esquema de evolução” diferente do usual, um esquema que não é baseado no “velho modelo da árvore” e da “descendência arborescente, indo do menos diferenciado ao mais diferenciado”, mas sim num “rizoma que opera imediatamente no heterogêneo e salta de uma linha já diferenciada a uma outra”. Primatas e felinos ocupam, aqui, o mesmo papel da vespa e da orquídea. O “vírus de tipo C”, vetor material desse devir interespecífico, é aqui a novidade, junto com todos os pressupostos sobre espécies mais ou menos evoluídas.

É o caso, ainda aqui, da *evolução a-paralela* do babuíno e do gato, onde um não é evidentemente o modelo do outro, nem o outro a cópia do primeiro (um devir babuíno no gato não significaria que o gato “faça

como” o babuíno). Nós fazemos rizoma com nossos vírus, ou antes, nossos vírus nos fazem fazer rizoma com outros animais. [...] Evoluímos e morremos devido a nossas gripes polimórficas e rizomáticas mais do que devido a nossas doenças de descendência ou que têm elas mesma sua descendência. O rizoma é uma antigenealogia. (Deleuze e Guattari 2000:19-20)

Os dualismos de Deleuze e Guattari não são simples oposições. Ao oporem rizoma a genealogia, eles não nos obrigam escolher entre elas, apenas nos indicam como transitar de uma para a outra e de volta. Se o rizoma é “uma antigenealogia”, esta nem por isso deixa de fasciná-lo, a ponto de ser possível falar em “descendência” mesmo de “nossas gripes polimórficas e rizomáticas”. Se a desterritorialização da orquídea é a reterritorialização da vespa, no caso dos vírus cria-se mais uma instância de des-reterritorialização, mais multiplicidade: os próprios vírus passam a poder se

desterritorializar e reterritorializar em seus diferentes hospedeiros. Novos tipos de bulbos intermediários surgem entre os bulbos já existentes. O rizoma só se adensa.

Em “1730 – Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível”, Deleuze e Guattari (1997:19) retomam o caso do vírus ao apresentarem os seguintes três “blocos de devir”: o que “toma a vespa e a orquídea, mas do qual nenhuma vespa-orquídea pode descender”; o que “toma o gato e o babuíno, e cuja aliança é operada por um vírus C”; e o que toma “raízes jovens e certos microorganismos, as matérias orgânicas sintetizadas nas folhas operando a aliança (rizosfera)”. A novidade aqui é a “rizosfera”, na qual plantas e microorganismos ocupam os lugares já ocupados por vespa e orquídea, felinos e primatas, roedores e artiodátilos, nós e nossos vírus. E o termo “involução” é aqui proposto

com alternativa à ideia de evolução por filiação, como “evolução que se faz entre heterogêneos”. Involuir, para Deleuze e Guattari (1997:19), não é regredir “em direção ao indiferenciado”, mas sim “formar um bloco que corre seguindo sua própria linha, ‘entre’ os termos postos em jogo”.

Os bandos, humanos e animais proliferam com os contágios, as epidemias, os campos de batalha e as catástrofes. É como os híbridos, eles próprios estéreis, nascidos de uma união sexual que não se reproduzirá, mas que sempre recomeça ganhando terreno a cada vez. As participações, as núpcias anti-natureza, são a verdadeira Natureza que atravessa os reinos. A propagação por epidemia, por contágio, não tem nada a ver com a filiação por hereditariedade, mesmo que os dois temas se misturem e precisem um do outro. O vampiro não filia, ele contagia. A diferença é que o contágio, a epidemia coloca em jogo termos inteiramente heterogêneos: por exemplo, um homem, um animal e uma bactéria, um vírus, uma molécula, um microorganismo. Ou, como para a trufa, uma árvore, uma mosca e um porco. Combinações que não são genéticas nem estruturais, inter-reinos, participações contra a natureza, mas a Natureza só

procede assim, contra si mesma. (Deleuze e Guattari 1997:22-3)

Acho que poderíamos dizer que, para Deleuze e Guattari, os vírus podem ser vistos de duas perspectivas: (1) como agentes patogênicos que diminuem a vitalidade de nosso organismo individual, de nossa unidade específica (como “núpcias anti-natureza”); (2) como agentes rizomáticos que conectam nosso devir orgânico, e mesmo específico, a outros devires de nosso ambiente (como “a verdadeira Natureza que atravessa os reinos”). Com Deleuze e Guattari, vírus não deixam de ser ameaças à nossa saúde, mas passam também a ser informação sobre o estado de nossa (des)conexão com o nosso ambiente.

## **Guerra?**

No primeiro texto de Bruno Latour incluído

neste volume, o autor faz coro com o vírus francês e afirma que “[p]ela primeira vez depois de anos, milhões de pessoas, trancadas em casa, reencontram este luxo esquecido: o tempo para refletir e discernir sobre o que geralmente os faz se mover inutilmente em todos os sentidos”. Por outro lado, nota que “o mesmo vírus não age da mesma maneira em Taiwan, em Singapura, em Nova York ou em Paris”, algo que nem mesmo o tal vírus francês pareceu notar.

Mais importante do que isso, o texto de Latour nos lembra da “confusão”, aparentemente difícil de perceber no discurso público brasileiro, “em torno de um ‘estado de guerra’ contra o vírus”. O vírus, diz Latour, “não é mais que um elo de uma corrente” que também inclui “gestão de estoques de máscaras ou de testes, a regulamentação de direitos de propriedade, os hábitos civis e os gestos de

solidariedade”. Por isso não acompanho Judith Butler (2020) quando diz que “[o] vírus por si só não discrimina, mas nós humanos certamente o fazemos, moldados e movidos como somos pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo”.<sup>4</sup> Ora, os vírus são tão formados “pelos poderes casados do nacionalismo, do racismo, da xenofobia e do capitalismo” quanto nós.

Como bem disse Paul Preciado (2020), em texto também incluído aqui: “o vírus atua à nossa imagem e semelhança, não faz mais do que replicar, materializar, intensificar e estender a toda a população as formas dominantes da gestão biopolítica e necropolítica que já estavam trabalhando no território nacional e em suas fronteiras”. O filósofo

---

<sup>4</sup> Também é o caso de desconfiar da frase de Karl Lauterbach, que Butler cita e que tá título ao seu texto, quando sabemos que não se trata de o capitalismo “ter” limites, mas sim de ele sobreviver estendendo-os sempre mais, indefinidamente.

espanhol sabe que não existe oposição, muito menos “guerra” entre nós e nossos vírus, antes somos definidos por eles: “cada sociedade pode ser definida pela epidemia que a ameaça e pelo modo de se organizar frente a ela”.

A ideia de uma “guerra” contra um vírus é, portanto, problemática. Tão problemática como a de que médicos são “soldados” (e logo segue uma hierarquização da prática médica ao modelo militar), ou a de que empresários são “médicos”, injetando dinheiro (liberado emergencialmente para salvar as empresas) na economia. Não precisamos de mais uma “guerra”, contra um vírus ou qualquer outra coisa.

A diferença, construída por Latour, entre “crise ecológica” e “crise sanitária”, ajuda a esclarecer este ponto. Na “crise sanitária, se trata de “alguns milhares de humanos [...] por um tempo”, “a administração tem o papel

pedagógico bastante clássico, e sua autoridade coincide perfeitamente com as velhas fronteiras nacionais”. Já na “crise ecológica”, “se trata literalmente de todo mundo” e “para sempre”, e “é a administração que deve aprender com um povo multifacetado, em múltiplas escalas”. Em resumo, se na “crise sanitária”, “é de fato o corajoso povo que deve reaprender, como na escola primária, a lavar as mãos e a tossir no cotovelo”, na “crise ecológica “é o Estado que se encontra em situação de aprendizagem”.

[N]a crise sanitária, talvez seja verdade que os humanos, colocados em conjunto, “lutem contra” os vírus – mesmo que estes não se interessem nem um pouco por nós e sigam seu caminho da garganta ao nariz, nos matando sem que esperemos. [...] A situação é tragicamente inversa na mudança ecológica: dessa vez, o agente patogênico cuja virulência terrível modificou as condições de existência de todos os habitantes do planeta não é o vírus, são os humanos! E não todos os humanos, mas alguns que lutam contra nós sem declarar guerra. Para essa guerra, o Estado

nacional está menos preparado, mal calibrado, tão mal desenhado quanto possível, pois as frentes são múltiplas e atravessam cada um de nós. (Latour 2020)

Latour abre seu texto propondo a “hipótese”, que ainda “será necessário testar”, de que: “a crise sanitária está preparando, induzindo e estimulando as pessoas a se prepararem para as mudanças climáticas”. Cinco dias depois, no segundo texto seu incluído neste volume, Latour desenvolve um pouco melhor sua hipótese. Ainda acho a hipótese utópica, tipicamente latouriana. Mas como viver sem utopias?

## Referências

- BENVENISTE, Raoul E.; TODARO, George J. 1974. Evolution of C-type viral genes: inheritance of exogenously acquired viral genes. *Nature* 252:456-9.
- \_\_\_\_\_. 1975. Evolution of type C viral genes: preservation of ancestral murine type C viral sequences in pig cellular DNA. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 72(10):4090-4.
- BUTLER, Judith. 2020. O capitalismo tem seus limites. (Trad. Artur Renzo) *Blog da Boitempo* 20/03. Acessível em:

- <<https://blogdabootempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-e-capitalismo-tem-seus-limites/>>.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1997. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol.4. São Paulo: Ed.34. [1980]
- \_\_\_\_\_. 2000. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol.1. São Paulo: Ed.34. [1980]
- LATOUR, Bruno. 2020a. A crise sanitária incentiva a nos preparamos para as mudanças climáticas. (Trad.: Gustavo Teramatsu; Luciano Duarte; Wagner Nabarro) *AGB – Campinas*, 25/03. Acessível em: <<http://agbcampinas.com.br/site/2020/bruno-latour-a-crise-sanitaria-incentiva-a-nos-preparamos-para-as-mudancas-climaticas/>>.
- \_\_\_\_\_. 2020b. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. (Trad.: Déborah Danowski) *Bruno Latour*. Acessível em: <[http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORUGAIS\\_1.pdf](http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORUGAIS_1.pdf)>.
- PRECIADO, Paul B. 2020. Aprendendo com o vírus. (Trad.: Gustavo Teramatsu; Wagner Nabarro) *AGB – Campinas*, 28/03. Acessível em: <<http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>>.

[2]

# A perspectiva do vírus

*Alexander Galloway e Eugene Thacker*

2007

Segue abaixo a minha tradução para trechos das páginas 82 a 92 de: GALLOWAY, Alexander R.; THACKER, Eugene. 2007. *The exploit: a theory of networks*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

*O objetivo para a resistência política em redes vitais deveria ser a descoberta de brechas [exploits] – melhor ainda seria a heurística inversa: procure por brechas, e você encontrará práticas políticas.*

[...]

*Em termos de compreensão reticular, uma das maiores lições dos vírus de computador e seus parentes (worms e cavalos de Tróia) é que, como vírus biológicos, eles exploram brechas no funcionamento normal de seus hospedeiros para produzirem mais cópias de si mesmos. Vírus são vida explorando a vida.*

[...]

Ao contrário do que muitos pensam, nem todos os vírus de computador são destrutivos (o mesmo pode ser dito em biologia). Vírus de computador podem certamente deletar dados, mas podem também ser demonstrativos (e.g., demonstrar uma violação de segurança), exploradores (e.g., ganhar acesso), ou baseados no distúrbio em vez da destruição (e.g., re-

roteando tráfego de rede, sobrecarregando a largura de banda da rede).

[...]

*Vírus de computador prosperam em ambientes com baixa diversidade.*

Onde houver monopólio tecnológico, haverão vírus. Eles se aproveitam da estandardização tecnológica para se propagarem pela rede. [...]

Vírus e *worms* exploram brechas, e nesse sentido são um bom índice para práticas reticulares oposicionistas. Eles propagam através de brechas na estrutura lógica do código de computador. Quando uma brecha é descoberta, a grande homogeneidade de redes computacionais permite ao vírus se propagar amplamente com relativa facilidade. Redes são, nesse sentido, um tipo de amplificador massivo

para a ação. Algo pequeno pode se transformar em algo grande muito facilmente.

*Basta possuir um computador para saber que a disputa entre os vírus e os antivírus muda diariamente; é um jogo de gato-e-rato. Novos vírus são constantemente reescritos e lançados, e novos pacotes e atualizações são constantemente carregadas em websites.*

[...]

Vírus de quinta geração, ou vírus “polimórficos”, integram aspectos da vida artificial e são capazes de modificarem a si mesmos *enquanto eles se replicam e propagam através das redes*. Tais vírus contêm uma seção de código – uma “máquina de mutação” – cuja função é continuamente modificar o seu código de assinatura, desta forma escapando, ou ao

menos confundindo, o programa antivírus. São, poderíamos dizer, exemplos de vida artificial.

*Vírus como os vírus de computador polimórficos são definidos pela sua habilidade de replicar sua diferença. Eles exploram brechas na rede.*

[...]

Vírus nunca são exatamente iguais. Este é um dos aspectos centrais e mais perturbadores dos vírus biológicos – sua habilidade de introduzirem mutações de maneira rápida e contínua em seus códigos genéticos. [...] Essa habilidade permite ao vírus não apenas explorar organismos hospedeiros que anteriormente não lhe eram acessíveis, mas também cruzar sem esforço fronteiras entre espécies, por meio de organismos hospedeiros. Existe uma certa

“animalidade” específica ao vírus biológico, já que age como um conector entre formas vivas, atravessando espécies, géneros, filos e reinos. No final do século XX e início do XXI, organizações públicas de saúde como a World Health Organization (WHO) e os Centers for Disease Control and Prevention (CDC) começaram a ver uma nova classe emergente de doenças, doenças causadas por micróbios com alta taxa de mutação e que eram capazes de se espalhar pelo mundo em questão de dias.

*Essas “doenças infecciosas emergentes” são compostas por agregados de formas vivas: micróbio-pulga-macaco-humano, micróbio-galinha-humano, micróbio-vaca-humano, ou humano-micróbio-humano. Em certo sentido, isso vale para qualquer epidemia: em meados do século XIV, a Peste Negra foi um conjunto de bacilo-pulga-rato-humano, uma rede de*

*contágio parcialmente percorrida por navios de mercadorias ao longo de rotas de trocas.*

Vírus biológicos são conectores que transgridem os sistemas de classificação e nomenclaturas que definimos como sendo o mundo natural ou as ciências da vida. Os efeitos dessa rede são, evidentemente, muito pouco desejáveis. Mas seria equivocado atribuir malícia e intencionalidade a uma cadeia de RNA e a um revestimento protéico [*protein coating*], mesmo que nós humanos insistamos incansavelmente em antropomorfizar os não-humanos com os quais interagimos. Qual é, então, a perspectiva do vírus? Talvez a microbiologia contemporânea possa nos dar uma pista, já que o estudo dos vírus na era da dupla hélice se tornou quase indistinguível da ciência da informação. Essa perspectiva do vírus não tem nada a ver com natureza, animais

ou humanos; ela só diz respeito a operações sobre um código (neste caso, uma cadeia única de RNA) que tem dois efeitos – a cópia desse código dentro de um organismo hospedeiro, e a mutação desse código para ganhar acesso a uma célula hospedeira.

*Replicação e criptografia são, portanto, as duas atividades que definem o vírus. O que importa não é se o hóspede é uma “bactéria”, um “animal” ou um “humano”, mas sim qual é o seu código – o número, ou numerologia, do animal.*

Reiteramos que a perspectiva do vírus funciona por meio da replicação e da criptografia, uma conjunção de dois procedimentos. [...] [O] tipo de criptografia envolvido é baseado na mutação e na morfologia, na recombinação e no recálculo como meios de nunca-ser-o-mesmo. A

perspectiva do vírus é “criptográfica” pois ele replica essa diferença, esse status paradoxal de nunca-ser-o-mesmo. Sempre novamente, ele nunca é o mesmo. O que nos surpreende não é que o virus seja de alguma maneira “transgressivo”, cruzando fronteiras específicas (no caso de vírus biológicos) ou diferentes plataformas (no caso dos vírus de computador). A perspectiva do vírus, se de fato podemos compreender sua qualidade não-humana, não é qualquer pedaço de código rebelde ou intruso infiltrando “o sistema”. O que nos surpreende é que a perspectiva do vírus apresenta o ser animal e a vida criatural [*creaturely life*] de maneira *ilegível* e *incalculável*, como uma questão de cálculo telúrico [*chthonic*] e replicação oculta. Essa é a estranha numerologia do animal, que torna irrelevantes as fronteiras entre espécies.

[...]

*Vírus são entidades que existem apenas em virtude da contínua replicação de diferença numérica.*

[...]

Se os vírus são realmente definidos por sua habilidade para replicar sua diferença, podemos perguntar, o que permanece idêntico através das mudanças? Uma resposta é que o que permanece igual é a estrutura particular da mudança – permutações de código genético ou digital. Existe um *devir-número* específico aos vírus, biológicos ou computacionais, uma matemática ou combinatória na qual a própria transformação – via exploração sempre nova de brechas na rede – é a identidade do vírus.

*Se vírus de computador é um fenômeno tecnológico envolto numa metáfora biológica, doenças infecciosas emergentes são um fenômeno biológico envolto num paradigma tecnológico. Assim como nos vírus de computador, doenças infecciosas emergentes constituem um exemplo de fenômeno de contra-protocolo.*

Dessa forma, a epidemiologia se tornou um método apropriado para estudar vírus de computador. Doenças infecciosas emergentes dependem de, e usam, as mesmas propriedades topológicas que constituem as redes. A mesma coisa que dá à rede seu caráter distribuído, sua horizontalizada, é assim transformada em uma ferramenta para a destruição da rede.

Um exemplo é a identificação da Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS) em 2003. [...] Muito mais do que uma rede biológica, a

SARS une redes de transporte, institucionais e de comunicação (de maneiras que às vezes lembram um romance médico [a medical thriller novel]). Em novembro de 2002, os primeiros casos de SARS (então chamada de “pneumonia atípica”) apareceu na província de Guangdong, no sul da China. Em meados de fevereiro de 2003, a WHO e outras agências de saúde foram alertadas sobre um novo tipo de pneumonia saindo da China. O governo chinês relatou cerca de 300 casos, muitos na região da província de Guangdong. No final de fevereiro, um médico que havia cuidado de pacientes com pneumonia atípica em Guangdong retornou ao seu hotel em Hong Kong. A rede biológica se cruzou com a rede de transporte. A WHO estima que esse médico havia, no trajeto, infectado pelo menos doze outras pessoas, que depois viajaram para o Vietnã, Canadá e EUA. Alguns dias depois, médicos de Hong Kong

relataram os primeiros casos daquilo que eles começaram a chamar de “SARS”. Algumas semanas depois, em meados de março, agentes de saúde em Toronto, Manila e Singapura relataram os primeiros casos de SARS. Intermediando redes institucionais e de comunicação, a WHO emitiu uma advertência de viagem [...], estimulando o controle da passagem em aeroportos para vôos de e para locais como Toronto e Hong Kong. Ao mesmo tempo, a WHO organizou uma teleconferência internacional entre agentes e administradores da área da saúde (incluindo a CDC), concordando em compartilhar informações relativas a casos de SARS. O carregamento de dados de pacientes ligados à SARS para a base de dados da WHO começou imediatamente. A rede profissional se mediou com [*interfaced with*] a rede institucional, se estendendo até a rede de computadores. Em meados de março,

cientistas na CDC sugeriram que um novo [*mutated*] coronavírus (que causa a gripe comum em muitos mamíferos) pode estar ligada à SARS. Então, em 14 de abril, cientistas no Michael Smith Genome Sciences Centre, em Vancouver, sequenciaram o DNA do coronavírus SARS em seis dias (o que seria repetido por cientistas alguns dias depois). Em abril de 2003, a SARS continuou a dominar as manchetes dos noticiários, reiteradamente nas capas da *Time*, *Newsweek* e *U.S. News*.

Apesar da notável coordenação e cooperação via diferentes redes, no nível biológico a SARS continuava a transformar e a afetar essas mesmas redes. No início de abril de 2003, o governo dos EUA emitiu uma ordem executiva permitindo a quarentena de pessoas saudáveis suspeitas de estarem infectadas com SARS, mas que ainda não tinham sintomas. Entre março e abril de 2003, medidas de

quarentena foram tomadas em Ontario, Hong Kong, Singapura e Beijing. Prédios residenciais, hospitais e espaços públicos como supermercados, cinemas e shopping centers foram todos isolados e sofreram quarentena. Pessoas de Toronto a Beijing foram vistas frequentemente usando máscaras cirúrgicas para evitar a infecção. No final de abril, o avanço da SARS parecia ter se estabilizado. Agentes da WHO afirmaram que os casos de SARS atingiram o pico no Canadá, Singapura, Hong Kong e Vietnam (mas não na China). Muitos países relataram um decréscimo no número de casos de SARS, apesar de nenhuma vacina ter sido desenvolvida. No final de maio de 2003, agentes de saúde dos EUA alertaram que o vírus SARS muito provavelmente reaparecerá na próxima estação de gripe.

Devemos imediatamente notar algo sobre a SARS como uma doença infecciosa emergente.

Ela é, em primeiro lugar, um exemplo de rede biológica. Mas ela é também mais do que biológica.

*SARS e outras doenças infecciosas emergentes são as novas virologias da globalização; o próprio sentido do termo “doença infecciosa emergente” implica isso. Doenças infecciosas emergentes são produtos da globalização. Isso pois elas são altamente dependentes de uma ou mais redes.*

O coronavírus SARS usou três tipos de redes e as uniu em uma só: (1) a rede biológica de infecção (muitas vezes dentro de centros médicos); (2) a rede de transporte de aeroportos e hotéis; e (3) as redes de comunicação de notícias, websites, bases de dados e teleconferências internacionais. Sem uma rede de transporte, o vírus SARS poderia

bem ter sido um fenômeno chinês localizado, nunca chegando tão longe quanto Toronto. E enquanto os relatos jornalísticos nos EUA serviram principalmente para educar um público preocupado, eles também serviram para aumentar a ansiedade de uma população já sensibilizada para o bioterrorismo. Mais importante ainda é, talvez, a maneira como o vírus SARS explorou essas redes até o seu esgotamento: prédios em quarentena, imposição de restrições a viagens aéreas, pessoas sendo realocadas ou isoladas.

*Doenças infecciosas emergentes como a SARS não apenas operam simultaneamente através de diferentes redes, mas ao fazê-lo também transgridem algumas fronteiras. A lição aqui é que a flexibilidade e a robustez da rede são consonantes com a transgressão de fronteiras.*

O vírus SARS, por exemplo, cruza as fronteiras das espécies quando pula de animais para humanos. Ele também cruza fronteiras nacionais em suas viagens entre China, Canadá, EUA e sudeste da Ásia. Ele cruza fronteiras econômicas, afetando a aviação comercial, o turismo e as indústrias de entretenimento, mas também oferecendo iniciativa e novos mercados para corporações farmacêuticas. Finalmente, ele cruza a fronteira entre a natureza e o artifício, ao juntar vírus, organismos, computadores, bases de dados e o desenvolvimento de vacinas. Sua tática é a *inundação*, um antigo antagonista da rede.

Mas redes biológicas como no caso da SARS não são limitadas apenas a doenças que poderiam ser entendidas como ocorrendo naturalmente. Seus efeitos de rede podem ser vistos em outro tipo de rede biológica – aquela do bioterrorismo.

[3]

# O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã

*Byung-Chul Han*

22/03/2020

Publicado originalmente em 22/03/2020 em *El País* (<<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>>). A versão incluída aqui foi obtida no site da seção local de Campinas da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-Campinas (<<http://agbcampinas.com.br/site/2020/byung-chul-han-o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha/>>).

O coronavírus está colocando nosso sistema à prova. Ao que parece a Ásia controla melhor a epidemia do que a Europa. Em Hong Kong, Taiwan e Singapura há poucos infectados. Em

Taiwan foram registrados 108 casos e 193 em Hong Kong. Na Alemanha, pelo contrário, após um período muito mais breve já existem 19.000 casos confirmados, e na Espanha 19.980 (dados de 20 de março). A Coreia do Sul já superou a pior fase, da mesma forma que o Japão. Até a China, o país de origem da pandemia, já está com ela bem controlada. Mas Taiwan e a Coreia não decretaram a proibição de sair de casa e as lojas e restaurantes não fecharam. Enquanto isso começou um êxodo de asiáticos que saem da Europa. Chineses e coreanos querem regressar aos seus países, porque lá se sentem mais seguros. Os preços dos voos multiplicaram. Já quase não é possível conseguir passagens aéreas para a China e a Coreia.

A Europa está fracassando. Os números de infectados aumentam exponencialmente. Parece que a Europa não pode controlar a

pandemia. Na Itália morrem diariamente centenas de pessoas. Retiram os respiradores dos pacientes idosos para ajudar os jovens. Mas também vale observar ações inúteis. Os fechamentos de fronteiras são evidentemente uma expressão desesperada de soberania. Nós nos sentimos de volta à época da soberania. O soberano é quem decide sobre o estado de exceção. É o soberano que fecha fronteiras. Mas isso é uma vã tentativa de soberania que não serve para nada. Seria muito mais útil cooperar intensamente dentro da Eurozona do que fechar fronteiras alucinadamente. Ao mesmo tempo a Europa também decretou a proibição da entrada a estrangeiros: um ato totalmente absurdo levando em consideração o fato de que a Europa é justamente o local ao qual ninguém quer ir. No máximo, seria mais sensato decretar a proibição de saídas de europeus, para proteger o mundo da Europa. Depois de tudo, a

Europa é nesse momento o epicentro da pandemia.

## **As vantagens da Ásia**

Em comparação com a Europa, quais vantagens o sistema da Ásia oferece que são eficientes para combater a pandemia? Estados asiáticos como o Japão, Coreia, China, Hong Kong, Taiwan e Singapura têm uma mentalidade autoritária, que vem de sua tradição cultural (confucionismo). As pessoas são menos relutantes e mais obedientes do que na Europa. Também confiam mais no Estado. E não somente na China, como também na Europa e no Japão a vida cotidiana está organizada muito mais rigidamente do que na Europa. Principalmente para enfrentar o vírus os asiáticos apostam fortemente na vigilância digital. Suspeitam que o *big data* pode ter um

enorme potencial para se defender da pandemia. Poderíamos dizer que na Ásia as epidemias não são combatidas somente pelos virologistas e epidemiologistas, e sim principalmente pelos especialistas em informática e macrodados. Uma mudança de paradigma da qual a Europa ainda não se inteirou. Os apologistas da vigilância digital proclamariam que o *big data* salva vidas humanas.

A consciência crítica diante da vigilância digital é praticamente inexistente na Ásia. Já quase não se fala de proteção de dados, incluindo Estados liberais como o Japão e a Coreia. Ninguém se irrita pelo frenesi das autoridades em recopilar dados. Enquanto isso a China introduziu um sistema de crédito social inimaginável aos europeus, que permitem uma valorização e avaliação exaustiva das pessoas. Cada um deve ser avaliado em consequência de

sua conduta social. Na China não há nenhum momento da vida cotidiana que não esteja submetido à observação. Cada clique, cada compra, cada contato, cada atividade nas redes sociais são controlados. Quem atravessa no sinal vermelho, quem tem contato com críticos do regime e quem coloca comentários críticos nas redes sociais perde pontos. A vida, então, pode chegar a se tornar muito perigosa. Pelo contrário, quem compra pela Internet alimentos saudáveis e lê jornais que apoiam o regime ganha pontos. Quem tem pontuação suficiente obtém um visto de viagem e créditos baratos. Pelo contrário, quem cai abaixo de um determinado número de pontos pode perder seu trabalho. Na China essa vigilância social é possível porque ocorre uma irrestrita troca de dados entre os fornecedores da Internet e de telefonia celular e as autoridades. Praticamente

não existe a proteção de dados. No vocabulário dos chineses não há o termo “esfera privada”.

Na China existem 200 milhões de câmeras de vigilância, muitas delas com uma técnica muito eficiente de reconhecimento facial. Captam até mesmo as pintas no rosto. Não é possível escapar da câmera de vigilância. Essas câmeras dotadas de inteligência artificial podem observar e avaliar qualquer um nos espaços públicos, nas lojas, nas ruas, nas estações e nos aeroportos.

Toda a infraestrutura para a vigilância digital se mostrou agora ser extremamente eficaz para conter a epidemia. Quando alguém sai da estação de Pequim é captado automaticamente por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão recebem uma notificação em seus celulares. Não é por acaso

que o sistema sabe quem estava sentado em qual local no trem. As redes sociais contam que estão usando até drones para controlar as quarentenas. Se alguém rompe clandestinamente a quarentena um drone se dirige voando em sua direção e ordena que regresse à sua casa. Talvez até lhe dê uma multa e a deixe cair voando, quem sabe. Uma situação que para os europeus seria distópica, mas que, pelo visto, não tem resistência na China.

Na China e em outros Estados asiáticos como a Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Taiwan e Japão não existe uma consciência crítica diante da vigilância digital e o *big data*. A digitalização os embriaga diretamente. Isso obedece também a um motivo cultural. Na Ásia impera o coletivismo. Não há um individualismo acentuado. O individualismo não é a mesma coisa que o egoísmo, que

evidentemente também está muito propagado na Ásia.

Ao que parece o *big data* é mais eficaz para combater o vírus do que os absurdos fechamentos de fronteiras que estão sendo feitos nesses momentos na Europa. Graças à proteção de dados, entretanto, não é possível na Europa um combate digital do vírus comparável ao asiático. Os fornecedores chineses de telefonia celular e de Internet compartilham os dados sensíveis de seus clientes com os serviços de segurança e com os ministérios de saúde. O Estado sabe, portanto, onde estou, com quem me encontro, o que faço, o que procuro, em que penso, o que como, o que compro, aonde me dirijo. É possível que no futuro o Estado controle também a temperatura corporal, o peso, o nível de açúcar no sangue etc. Uma biopolítica digital que acompanha a

psicopolítica digital que controla ativamente as pessoas.

Em Wuhan se formaram milhares de equipes de pesquisa digitais que procuram possíveis infectados baseando-se somente em dados técnicos. Tendo como base, unicamente, análises de macrodados averiguam os que são potenciais infectados, os que precisam continuar sendo observados e eventualmente isolados em quarentena. O futuro também está na digitalização no que se refere à pandemia. Pela epidemia talvez devêssemos redefinir até mesmo a soberania. É soberano quem dispõe de dados. Quando a Europa proclama o estado de alarme e fecha fronteiras continua aferrada a velhos modelos de soberania.

Não somente na China, como também em outros países asiáticos a vigilância digital é profundamente utilizada para conter a epidemia. Em Taiwan o Estado envia

simultaneamente a todos um SMS para localizar as pessoas que tiveram contato com infectados e para informar sobre os lugares e edifícios em que existiram pessoas contaminadas. Já em uma fase muito inicial, Taiwan utilizou uma conexão de diversos dados para localizar possíveis infectados em função das viagens que fizeram. Na Coreia quem se aproxima de um edifício em que um infectado esteve recebe através do “Corona-app” um sinal de alarme. Todos os lugares em que infectados estiveram estão registrados no aplicativo. Não são levadas muito em consideração a proteção de dados e a esfera privada. Em todos os edifícios da Coreia foram instaladas câmeras de vigilância em cada andar, em cada escritório e em cada loja. É praticamente impossível se mover em espaços públicos sem ser filmado por uma câmera de vídeo. Com os dados do telefone celular e do material filmado por vídeo é

possível criar o perfil de movimento completo de um infectado. São publicados os movimentos de todos os infectados. Casos amorosos secretos podem ser revelados. Nos escritórios do Ministério da Saúde coreano existem pessoas chamadas “tracker” que dia e noite não fazem outra coisa a não ser olhar o material filmado por vídeo para completar o perfil do movimento dos infectados e localizar as pessoas que tiveram contato com eles.

Uma diferença chamativa entre a Ásia e a Europa são principalmente as máscaras protetoras. Na Coreia quase não existe quem ande por aí sem máscaras respiratórias especiais capazes de filtrar o ar de vírus. Não são as habituais máscaras cirúrgicas, e sim máscaras protetoras especiais com filtros, que também são utilizadas pelos médicos que tratam os infectados. Durante as últimas semanas, o tema prioritário na Coreia era o

fornecimento de máscaras à população. Diante das farmácias enormes filas se formaram. Os políticos eram avaliados em função da rapidez com que eram fornecidas a toda a população. Foram construídas a toda pressa novas máquinas para sua fabricação. Por enquanto parece que o fornecimento funciona bem. Há até mesmo um aplicativo que informa em qual farmácia próxima ainda se pode conseguir máscaras. Acho que as máscaras protetoras fornecidas na Ásia a toda a população contribuíram decisivamente para conter a epidemia.

Os coreanos usam máscaras protetoras antivírus até mesmo nos locais de trabalho. Até os políticos fazem suas aparições públicas somente com máscaras protetoras. O presidente coreano também a usa para dar o exemplo, incluindo em suas entrevistas coletivas. Na Coreia quem não a usa é repreendido. Na

Europa, pelo contrário, frequentemente se diz que não servem para muita coisa, o que é um absurdo. Por que então os médicos usam as máscaras protetoras? Mas é preciso trocar de máscara frequentemente, porque quando umedecem perdem sua função filtradora. Os coreanos, entretanto, já desenvolveram uma “máscara ao coronavírus” feita de nanofiltros que podem ser lavados. O que se diz é que podem proteger as pessoas do vírus durante um mês. Na verdade, é uma solução muito boa enquanto não existem vacinas e medicamentos.

Na Europa, pelo contrário, até mesmo os médicos precisam viajar à Rússia para consegui-las. Macron mandou confiscar máscaras para distribui-las entre os funcionários da área de saúde. Mas o que acabaram recebendo foram máscaras normais sem filtro com a indicação de que bastariam para proteger do coronavírus, o que é uma

mentira. A Europa está fracassando. De que adianta fechar lojas e restaurantes se as pessoas continuam se aglomerando no metrô e no ônibus durante as horas de pico? Como guardar a distância necessária assim? Até nos supermercados é quase impossível. Em uma situação como essa, as máscaras protetoras realmente salvariam vidas humanas. Está surgindo uma sociedade de duas classes. Quem tem carro próprio se expõe a menos riscos. As máscaras normais também seriam de muita utilidade se os infectados as usassem, porque dessa maneira não propagariam o vírus.

Nos países europeus quase ninguém usa máscara. Há alguns que as usam, mas são asiáticos. Meus conterrâneos residentes na Europa se queixam de que são olhados com estranheza quando as usam. Por trás disso há uma diferença cultural. Na Europa impera um individualismo que traz atrelado o costume de

andar com o rosto descoberto. Os únicos que estão mascarados são os criminosos. Mas agora, vendo imagens da Coreia, me acostumei tanto a ver pessoas mascaradas que o rosto descoberto de meus concidadãos europeus me parece quase obsceno. Eu também gostaria de usar máscara protetora, mas aqui já não existem.

No passado, a fabricação de máscara, da mesma forma que tantos outros produtos, foi externalizada à China. Por isso agora não se conseguem máscaras na Europa. Os Estados asiáticos estão tentando prover toda a população com máscaras protetoras. Na China, quando também começaram a escassear, fábricas chegaram a ser reequipadas para produzir máscaras. Na Europa nem mesmo os funcionários da área de saúde as conseguem. Enquanto as pessoas continuarem se aglomerando nos ônibus e metrôs para ir ao trabalho sem máscaras protetoras, a proibição

de sair de casa logicamente não adiantará muito. Como é possível guardar a distância necessária nos ônibus e no metrô nos horários de pico? E uma lição que deveríamos tirar da pandemia deveria ser a conveniência de voltar a trazer à Europa a produção de determinados produtos, como máscaras protetoras, remédios e produtos farmacêuticos.

Apesar de todo o risco, que não deve ser minimizado, o pânico desatado pela pandemia de coronavírus é desproporcional. Nem mesmo a “gripe espanhola”, que foi muito mais letal, teve efeitos tão devastadores sobre a economia. A que isso se deve na realidade? Por que o mundo reage com um pânico tão desmesurado a um vírus? Emmanuel Macron fala até de guerra e do inimigo invisível que precisamos derrotar. Estamos diante de um retorno do inimigo? A gripe espanhola se desencadeou em plena Primeira Guerra Mundial. Naquele

momento todo o mundo estava cercado de inimigos. Ninguém teria associado a epidemia com uma guerra e um inimigo. Mas hoje vivemos em uma sociedade totalmente diferente.

Na verdade, vivemos durante muito tempo sem inimigos. A Guerra Fria terminou há muito tempo. Ultimamente até o terrorismo islâmico parecia ter se deslocado a áreas distantes. Há exatamente dez anos afirmei em meu ensaio *Sociedade do Cansaço* a tese de que vivemos em uma época em que o paradigma imunológico perdeu sua vigência, baseada na negatividade do inimigo. Como nos tempos da Guerra Fria, a sociedade organizada imunologicamente se caracteriza por viver cercada de fronteiras e de cercas, que impedem a circulação acelerada de mercadorias e de capital. A globalização suprime todos esses limites imunitários para dar caminho livre ao

capital. Até mesmo a promiscuidade e a permissividade generalizadas, que hoje se propagam por todos os âmbitos vitais, eliminam a negatividade do desconhecido e do inimigo. Os perigos não espreitam hoje da negatividade do inimigo, e sim do excesso de positividade, que se expressa como excesso de rendimento, excesso de produção e excesso de comunicação. A negatividade do inimigo não tem lugar em nossa sociedade ilimitadamente permissiva. A repressão aos cuidados de outros abre espaço à depressão, a exploração por outros abre espaço à autoexploração voluntária e à auto-otimização. Na sociedade do rendimento se guerreia sobretudo contra si mesmo.

## **Limites imunológicos e fechamento de fronteiras**

Pois bem, em meio a essa sociedade tão enfraquecida imunologicamente pelo

capitalismo global o vírus irrompe de supetão. Em pânico, voltamos a erguer limites imunológicos e fechar fronteiras. O inimigo voltou. Já não guerreamos contra nós mesmos. E sim contra o inimigo invisível que vem de fora. O pânico desmedido causado pelo vírus é uma reação imunitária social, e até global, ao novo inimigo. A reação imunitária é tão violenta porque vivemos durante muito tempo em uma sociedade sem inimigos, em uma sociedade da positividade, e agora o vírus é visto como um terror permanente.

Mas há outro motivo para o tremendo pânico. Novamente tem a ver com a digitalização. A digitalização elimina a realidade, a realidade é experimentada graças à resistência que oferece, e que também pode ser dolorosa. A digitalização, toda a cultura do “*like*”, suprime a negatividade da resistência. E na época pós-fática das *fake news* e dos

*deepfakes* surge uma apatia à realidade. Dessa forma, aqui é um vírus real e não um vírus de computador, e que causa uma comoção. A realidade, a resistência, volta a se fazer notar no formato de um vírus inimigo. A violenta e exagerada reação de pânico ao vírus se explica em função dessa comoção pela realidade.

A reação de pânico dos mercados financeiros à epidemia é, além disso, a expressão daquele pânico que já é inerente a eles. As convulsões extremas na economia mundial fazem com que essa seja muito vulnerável. Apesar da curva constantemente crescente do índice das Bolsas, a arriscada política monetária dos bancos emissores gerou nos últimos anos um pânico reprimido que estava aguardando a explosão. Provavelmente o vírus não é mais do que a gota que transbordou o copo. O que se reflete no pânico do mercado financeiro não é tanto o medo ao vírus quanto o

medo a si mesmo. O crash poderia ter ocorrido também sem o vírus. Talvez o vírus seja somente o prelúdio de um crash muito maior.

Žižek afirma que o vírus deu um golpe mortal no capitalismo, e evoca um comunismo obscuro. Acredita até mesmo que o vírus poderia derrubar o regime chinês. Žižek se engana. Nada disso acontecerá. A China poderá agora vender seu Estado policial digital como um modelo de sucesso contra a pandemia. A China exibirá a superioridade de seu sistema ainda mais orgulhosamente. E após a pandemia, o capitalismo continuará com ainda mais pujança. E os turistas continuarão pisoteando o planeta. O vírus não pode substituir a razão. É possível que chegue até ao Ocidente o Estado policial digital ao estilo chinês. Com já disse Naomi Klein, a comoção é um momento propício que permite estabelecer um novo sistema de Governo. Também a

instauração do neoliberalismo veio precedida frequentemente de crises que causaram comoções. É o que aconteceu na Coreia e na Grécia. Espero que após a comoção causada por esse vírus não chegue à Europa um regime policial digital como o chinês. Se isso ocorrer, como teme Giorgio Agamben, o estado de exceção passaria a ser a situação normal. O vírus, então, teria conseguido o que nem mesmo o terrorismo islâmico conseguiu totalmente.

O vírus não vencerá o capitalismo. A revolução viral não chegará a ocorrer. Nenhum vírus é capaz de fazer a revolução. O vírus nos isola e individualiza. Não gera nenhum sentimento coletivo forte. De alguma maneira, cada um se preocupa somente por sua própria sobrevivência. A solidariedade que consiste em guardar distâncias mútuas não é uma solidariedade que permite sonhar com uma sociedade diferente, mais pacífica, mais

justa. Não podemos deixar a revolução nas mãos do vírus. Precisamos acreditar que após o vírus virá uma revolução humana. Somos NÓS, PESSOAS dotadas de RAZÃO, que precisamos repensar e restringir radicalmente o capitalismo destrutivo, e nossa ilimitada e destrutiva mobilidade, para nos salvar, para salvar o clima e nosso belo planeta.

[4]

# Reflexões geográficas em tempos de pandemia

*Rogério Haesbaert*

24/03/2020

Publicado originalmente em 24/03/2020 no *Facebook*. A versão incluída aqui foi obtida no site da seção local de Campinas da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-Campinas (<http://agbcampinas.com.br/site/2020/rogerio-haesbaert-desterritorializacao-sem-limites-reflexoes-geograficas-em-tempos-de-pandemia-i/>).

A atual crise planetária desencadeada pela pandemia do Covid-19 (um tipo de coronavírus) está mergulhada em problemáticas de ordem

geográfica. É fundamental avaliarmos nossas categorias à luz do que se passa pelo mundo. O território e os processos de desreterritorialização nunca foram tão relevantes como agora, no combate à expansão do vírus.

## **Desterritorialização sem limites**

Alguns dos mantras do globalismo planetário até aqui dominantes foram: movam-se, viajem, acelerem, cresçam, expandam-se, extraiam (os recursos), consumam, privatizem, flexibilizem (as relações de trabalho), “deslocalizem” (as empresas) ... Tudo isso, frente à pandemia de coronavírus, repentinamente se inverteu: parem, não viajem, desacelerem, retraiam-se, não consumam, invistam em políticas públicas, estatizem (empresas em crise) ... Aqui, em pleno boom neoliberal, como uma praga, o último mantra a ser contestado ainda não se

inverteu: para os trabalhadores continua-se propondo uma flexibilização ainda maior das relações de trabalho, como se estivessem testando até onde vai a resignação dessa massa de (des)empregados extremamente vulneráveis. É como se enquanto os ricos podem parar e se resguardar, os pobres devem continuar em movimento, se arriscando para garantir a nossa sobrevivência.

Há dezessete anos atrás, em “O mito da desterritorialização”, eu escrevi que, ao contrário do que se propagava a partir da Europa e dos Estados Unidos, não estava ocorrendo o “fim dos territórios” (Bertrand Badie), o “fim das fronteiras” e do Estado-nação (Kenichi Ohmae) ou até mesmo o “fim da geografia” (Paul Virilio). Quando se dizia que estávamos em um processo de perda de laços territoriais, utilizava-se muito mal o termo “desterritorialização”, aplicado muito mais aos

ricos que se deslocavam com frequência e tinham mais de uma residência (inclusive em países diferentes) do que aos pobres que realmente sofriam a perda do controle sobre seus espaços de vida. Propus então, para os ricos, especialmente os executivos de grandes corporações transnacionais, o termo multiterritorialidade, por terem pleno controle sobre os múltiplos territórios que frequentam, sempre na “bolha móvel” das mesmas cadeias de hotéis, resorts, lojas, restaurantes ... Mesmo aí, entretanto, eles dependem de um grande manancial de serviços oferecidos por trabalhadores – em geral migrantes, estes sim, desterritorializados (ou precariamente multiterritorializados).

Num olhar a partir de nossa realidade latino-americana tão desigual, reservei então o termo desterritorialização muito mais para a efetiva perda de controle territorial dos mais

pobres, grupos subalternos que lutam cotidianamente por sua sobrevivência. Cheguei a afirmar que um morador em situação de rua, por exemplo, pode fazer da defesa da marquise de um prédio durante a noite o seu território, assim como um presidiário em uma cela superlotada pode fazer de um colchonete seu território durante as poucas horas em que, em revezamento, consegue dormir. Nesse sentido é que desterritorialização pode ser encarada, sobretudo, como precarização dos controles territoriais que garantem nossa própria condição de vida. Dá para imaginar, como resultado mais brutal dessa pandemia, num mundo em que saúde pública nunca foi prioridade, o que ela poderá causar em países de desigualdade histórica tão aviltante como os nossos da América Latina. A começar pelos milhares de moradores em situação de rua, o extremo dessa pirâmide e os mais vulneráveis

por serem os que têm menor condição para se isolar ou “se afastar” socialmente.

Chegou-se a afirmar que um mundo fluido e líquido se projetava cada vez mais impetuoso, uma “dádiva” da globalização neoliberal que a tudo consome e refaz, numa reinvenção tecnológica atroz, o tempo inteiro recriando “necessidades desnecessárias” que, estimuladas com os bilhões gastos em publicidade, mesmo endividados, consumimos com vigor. Nessa avidez pelo novo e pelo movimento esqueceu-se, contudo, que o velho pode não morrer e que a fixação e o fechamento são a outra metade, indissociável, da abertura e do movimento. Seria preciso um vírus assassino para nos lembrar essas velhas lições. E também para reforçar nossa tese de que aquela desterritorialização tão decantada, a dos “turistas”, era um mito.

A metáfora dos “turistas” globalizados de Zigmunt Bauman, com o cuidado para não exagerar, também ajuda a compreender a rápida difusão do coronavírus. Para além da metáfora, na última década o número de turistas pelo mundo quase dobrou, atingindo hoje cerca de 1,5 bilhão de pessoas. Se lembarmos que as migrações internacionais também aumentaram substancialmente nas últimas décadas, atingindo 272 milhões de pessoas em 2019 (ou seja, 3,5% da população mundial, contra 2,8% no ano 2000), percebemos a intensidade da movimentação de nossos corpos pelo planeta. Tudo isso sem falar na enorme mobilidade internacional cotidiana em função do trabalho. E ainda havia quem menosprezasse essa dimensão material, corpórea, da vida humana, em nome de uma virtualização ou desmaterialização generalizada

(erroneamente denominada, também, desterritorialização).

Paradoxalmente, quem diria, a grande desigualdade que move o sistema econômico revela-se agora com toda a sua crueza entre aqueles que podem ficar isolados, hipoteticamente “imunizados” nos territórios-abrigo de suas casas, com condições econômicas para se manter aí, e aqueles que, sem a garantia de seus territórios-recurso, são obrigados a atravessar a cidade para assegurar a alimentação, a saúde, a limpeza ou a segurança para toda a população.

Lembrando a distinção que Jean Gottman propôs (depois incorporada por Milton Santos) entre o território como abrigo e o território como recurso, fica patente que é impossível levar nossa vida sem a imbricação dessas duas propriedades. Nossas casas, como último espaço-refúgio, podem nos garantir certo

abrigo, protegendo-nos (relativamente) da difusão do vírus, mas essa condição só se realiza de fato pela imbricação com o acesso a múltiplos recursos: a água e o esgoto canalizados, a energia por fios, o telefone por antena, a alimentação que precisamos buscar no supermercado, os medicamentos na farmácia, o combustível para o transporte dessas mercadorias nos postos de gasolina, etc. – cada uma dessas redes com sua própria escala geográfica de articulação.

Há muito se foi o tempo em que estávamos autonomamente “abrigados” em nossas moradas. Muito poucos hoje usufruem desse privilégio. Mas temos outro enorme privilégio do qual raramente nos damos conta. Precisamos nos conscientizar sobre o quanto a segurança de nossas individualistas quarentenas se deve a uma massa de trabalhadores (vulneráveis) que nos garantem o

acesso a esses tantos recursos necessários para nossa sobrevivência. Essa pandemia poderia nos ensinar um pouco mais a reconhecer nossa própria fragilidade e o grau de dependência que temos para com os tantos serviços garantidos por esses trabalhadores com os quais deveríamos ter o maior respeito e solidariedade. Ir às janelas aplaudir os profissionais de saúde é um tímido começo.

Em sentido mais amplo, o inédito e avassalador desafio que nos coloca essa pandemia é o de parar – no mínimo desacelerar – ou perecer. Ela escancara o que, para muitos, incompreensivelmente, ainda não parecia suficientemente claro: a falência de um sistema que, em tese, aboliu a ideia de limite e se intitulou soberano do planeta. Como afirmamos num artigo há quatro anos atrás, ao contrário de discursos dominantes, a fluidez da

globalização planetária trouxe à tona, ainda com mais força, o debate sobre os limites:

[L]imites como restrição, contenção, numa conotação negativa, mas também no sentido de constituírem parte indissociável de nossa dinâmica civilizatória, na medida em que, biopoliticamente falando, o modelo societário hegemônico, baseado na acumulação e/ou no “crescimento” capitalista, colocou em jogo até mesmo nossa sobrevivência enquanto espécie biológica sobre a Terra.

Caso não se priorizar o pronto combate à precarização e à brutal desigualdade não teremos saída. A defesa da bio e da etnodiversidade do planeta exigem, mais do que nunca, uma cultura e uma política planetárias do comum que prezem, em primeiro lugar, a redução da desigualdade perversa entre os povos da Terra.

Essa parada compulsória, além das muito prováveis convulsões sociais que irá

desencadear (já ensaiadas nos protestos recentes pela América Latina e vários cantos do mundo, do Líbano a Hong Kong), poderá trazer à tona uma séria rediscussão dos rumos civilizatórios. Se o Grande Irmão da extrema-direita não se aproveitar da ocasião para impor controles ainda mais perversos, talvez seja esta nossa última chance. A tremenda desterritorialização em termos da precarização social dela resultante será o indicador mais impiedoso de que, ou nos solidarizamos com os mais frágeis e reconhecemos nosso destino comum, ou perecemos todos juntos, pois o barco, mais do que nunca, revelou-se um só, e está afundando. Não haverá trincheira doméstica ou individual capaz de nos proteger desse naufrágio.

## **Entre a contenção e o confinamento dos corpos-território**

Há um padrão recorrente nas medidas ditas de contenção promovidas por diferentes países, todas elas, em menor ou maior grau, voltadas para o controle da mobilidade daquele que já vinha sendo apontado, principalmente no pensamento decolonial feminista e indígena latino-americano, como nosso primeiro território, o corpo-território – nunca dissociado, é claro, do domínio e apropriação territorial, maior ou menor, do seu entorno.

O controle (e docilização) dos corpos, sabemos bem, é empreitada antiga, e Michel Foucault foi o autor que melhor trabalhou a relação entre corpo e disciplina no mundo moderno. Ele propôs um interessante modelo que opunha as iniciativas de controle da lepra e da peste – o primeiro criando o que sugeriu denominar “territórios de reclusão”, com

completo isolamento em relação ao restante da sociedade, e o segundo impõe o que chamei de “ contenção territorial”, tipo muro-barragem, onde o fechamento é relativo e temporário, e no qual sempre existe alguma forma de ultrapassar a barreira e entrar – ou fugir, dependendo da perspectiva. É esse o caso dos muros fronteiriços, que o migrante sempre se encarrega, de alguma forma, de contornar.

A globalização da pandemia impôs esse jogo entre reclusão ou confinamento e contenção ou barragem em múltiplas escalas. Num mundo moldado pelos territórios-rede onde os corpos se deslocam com muito mais rapidez e intensidade ao longo de circuitos que canalizam fluxos, malhas aéreas à frente, não é nada fácil restaurar os controles do tipo território-zona, em que se pode impedir a mobilidade dentro de áreas de menor ou maior amplitude, como sempre pretendeu fazer (cada vez com menos

sucesso) o Estado-nação e suas unidades político-administrativas.

Pois são exatamente as tentativas de retorno a esse controle territorial zonal que se impuseram desde o início no combate à expansão do coronavírus. Como era de se esperar, nesse mundo neoliberal em que vivemos, quem até aqui obteve maior êxito no combate foi um dos Estados mais fortalecidos, a China (há todo um debate sobre a especificidade de um “neoliberalismo chinês”, “variegado” ou “de exceção”, que será impossível tratar aqui). Como foi ali que teve início o processo e identificou-se o foco inicial – a grande metrópole de Wuhan – os esforços foram concentrados inicialmente no bloqueio completo dessa metrópole e na província de Hubei. Ter um único foco geográfico inicial de emissão ajudou muito – ao contrário de outros

países, como os Estados Unidos, com focos nos estados de Washington, Califórnia e Nova York.

Um fator que parece decisivo no caso do regime autoritário chinês diz respeito aos dispositivos de controle da informação e vigilância da população, acumulados ao longo do tempo e que têm sua base nos comitês de vizinhança que monitoram cada quarteirão ou pequeno grupo de famílias. Além disso, temos a capacidade organizativa do sistema de saúde estatal e a difusão, por exemplo, do uso de máscaras por praticamente toda a população (sem falar que em algumas cidades já era um hábito usual contra a poluição).

O processo de quarentena que, no caso chinês, alia dinâmicas de contenção e de confinamento, associado à própria natureza autoritária do regime, foi muito mais severo que em outros países. As saídas de casa foram rigidamente controladas – inicialmente saída

individual apenas a cada dois dias, depois confinamento total, somente permitida a recepção de alimentos e medicamentos por encomenda. No final, em Wuhan, policiais seguiam de casa em casa para checar as condições de saúde e, em caso de doença, os isolamentos forçados tornaram-se comuns. Reportou-se até mesmo fiscalização do uso de máscaras através de drones, muito comuns como instrumento de vigilância pública.

Um controle fundamental que, este sim, atua diretamente sobre o que denominamos territórios-rede, é o dos fluxos aéreos internacionais. Wuhan é um grande hub aéreo com voos para diversos países da Ásia (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Emirados Árabes, Austrália, Singapura, Indonésia, Malásia...). Poderia se transformar (como em parte ocorreu) num grande difusor da contaminação. Muitos países, como o Brasil,

tiveram um controle muito tardio da principal porta de entrada do vírus: os aeroportos internacionais. Optou-se primeiro pelo controle zonal de algumas fronteiras para só mais tarde atuar sobre o fluxo aéreo, provavelmente sob pressão do forte lobby das empresas aéreas e do setor de turismo. Hoje, diante da chamada “segunda onda” de contaminação, por aqueles que vêm de fora, a China volta a endurecer o controle das chegadas nos aeroportos, impondo quarentena de duas semanas para quem chega ao país.

A partir desse quadro mais empírico da dinâmica chinesa de contenção e confinamento, verifica-se o quanto se torna mais difícil para um país ocidental e, especialmente, de periferias como a América Latina e a África (onde o Covid-19 ainda não chegou pra valer), implementar o mesmo tipo e rigidez de controle territorial. Alguns questionam, frente ao

relativo sucesso também de países como Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, se a China não teria ido além do necessário. Uma medida comum a explicar o êxito desse bloco de países é, além da disciplina no confinamento e no distanciamento social (menos rígida fora da China), a detecção generalizada da presença do vírus entre as pessoas – já que o maior dilema é a disseminação do vírus por portadores assintomáticos. Detectá-la e isolar seus portadores é decisivo.

Pois é sobre esse isolamento que gostaria de me deter agora. O que vimos nos países europeus e americanos foi uma crítica e rechaço inicial ao caráter excessivamente restritivo das medidas (como continua a pensar o presidente brasileiro, responsabilizando antecipadamente os governadores estaduais pelos reflexos negativos na economia), para depois mudarem radicalmente de opinião e condenarem essas

mesmas medidas por seu caráter incipiente, exigindo ainda maior rigor em sua aplicação. A principal delas é a rigidez da quarentena, hoje com amplo apoio popular entre nós, principalmente diante das cenas deploráveis vindas de países com sistemas de saúde relativamente consistentes, como Itália e Espanha.

Uma característica básica dessa pandemia, de importante manifestação geográfica, é que ela, ao sair da China, começa no topo da pirâmide socioeconômica, entre as classes mais privilegiadas – basta ver o mapa de difusão da pandemia até aqui numa metrópole periférica como o Rio de Janeiro, onde afeta inicialmente os bairros mais ricos, de onde chegaram os viajantes internacionais, primeiros portadores do vírus. A grande questão agora é que tipo de dinâmicas de contenção e/ou confinamento territorial são plausíveis em realidades

“periférico-coloniais” como as do continente mais desigual do planeta, nossa América Latina. O vírus ainda não atingiu mas está começando a chegar a nossas favelas e villas miseria.

Entrará em ação, como já circulam informações, o aparato paramilitar das milícias a forçar os habitantes das favelas a permanecer em casa? Surtirá efeito propor o isolamento individual quando se sabe que, somente na área metropolitana do Rio de Janeiro, 300 mil domicílios só possuem um quarto para três pessoas ou mais e a maioria são casas geminadas, muitas vezes com corredores e cômodos partilhados?

Voltemos então ao nosso corpo-território: sem dúvida, no contexto da colonialidade do poder latino-americano, mais que discutir medidas de auto contenção territorial, barrando o acesso a favelas (como tentam fazer algumas associações de moradores em comunidades de

morros que têm apenas uma, ou poucas entradas), precisamos pensar diretamente naqueles que, mais precarizados, só têm o corpo como território a ser defendido, como espaço sobre o qual ainda tentam manter algum controle – já que nem com um quarto individual em suas casas podem contar. Triste sina, diante de um vírus ardiloso: praticamente impossível “fechar”, controlar sua entrada em nosso corpo quando não se dispõe nem do mínimo, a água e o sabão para a higiene pessoal, como ocorre agora em diversas favelas do Rio.

Sem pintar aqui o quadro sombrio que se anuncia, gostaria de finalizar com uma breve reflexão teórica, entre as muitas evocadas neste texto. A contenção territorial que definimos (no livro “Viver no Limite”) se refere aos macroprocessos socioeconômicos que acabam destinando aos grupos subalternos os

territórios mais vulneráveis da cidade – periferias distantes, sem infraestrutura, encostas ecologicamente instáveis, várzeas inundáveis ... De qualquer forma, eles aí estão apartados e, de certa forma, “contidos” como se fosse para não “contaminar” o resto da cidade.

Agora, porém, trata-se de uma contenção às avessas. A pandemia, quem diria, veio subverter essa ideia de contenção dos subalternos pelos hegemônicos: são os próprios privilegiados que precisam se autoconter, confinar-se, pois são eles que, inicialmente, no caso latino-americano, “carregam o mal”. Embora muitos tenham solicitado que suas empregadas domésticas ficassem em casa, inúmeros trabalhadores – porteiros, faxineiros, garis, atendentes de supermercados, postos de gasolina e farmácias, sem falar nos profissionais de saúde – devem ter garantida sua mobilidade, ainda que sob condição de grande

vulnerabilidade (como nos transportes públicos superlotados do Rio de Janeiro).

Os pouco esclarecidos, entretanto, dizem que o vírus “é democrático”, que “atinge a todos por igual”. O vírus não tem nada de democrático – primeiro, porque afeta de modo mais brutal os já mais frágilizados: idosos, enfermos, incapacitados e, a partir de agora, os pobres; segundo, porque, ao exigir para seu combate a autocontenção (ou reclusão temporária), ela só é realmente possível e segura para os mais ricos, que dispõem de condições para o distanciamento social e o isolamento.

Assim, temos muitas lições geográficas a aprender através dos distintos mecanismos de contenção e confinamento territorial em função da pandemia. Aprendemos que, num mundo “informacional” de tantas tecnologias, ao final, o que realmente continua importando é o nosso

corpo-território, o corpo enquanto condição última e inexorável de nossa existência. Seja o padrão da lepra, que nos confina, numa reclusão definitiva, seja o modelo da peste, com sua quarentena de contenção temporária, todos têm no controle dos corpos seu derradeiro alvo. Resta saber, por fim, quem de fato vai continuar exercendo controle sobre o conjunto da população e de seus corpos-territórios. Sem dúvida, uma outra biopolítica, centrada no afeto e no cuidado, urge construir. Uma advertência, apenas: a ilusão com o alegado êxito do modelo autoritário chinês. Ele oculta um padrão totalmente falido de crescimento e consumismo sem freios – além de um monitoramento individual irrestrito – que a pandemia poderia ajudar a destruir (uma utopia).

[5]

# A crise sanitária incentiva a nos prepararmos para as mudanças climáticas

*Bruno Latour*

24/03/2020

Publicado originalmente em 24/03/2020 no *Le Monde* (<[https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/25/la-crise-sanitaire-incite-a-se-preparer-a-la-mutation-climatique\\_6034312\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/03/25/la-crise-sanitaire-incite-a-se-preparer-a-la-mutation-climatique_6034312_3232.html)>). A versão incluída aqui foi obtida no site da seção local de Campinas da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-Campinas (<<http://agbcampinas.com.br/site/2020/bruno-latour-a-crise-sanitaria-incentiva-a-nos-prepararmos-para-as-mudancas-climaticas/>>). Tradução de Gustavo Teramatsu, Luciano Duarte e Wagner Nabarro.

A coincidência entre um confinamento geral e o

período da Quaresma, ainda que imprevisível, foi muito bem-vinda por aqueles a quem, por solidariedade, pedimos que não façam nada e que estão atrás da linha de frente. Esse jejum forçado, esse Ramadã laico e republicano, pode ser uma bela ocasião para que eles pensem sobre o que é importante e o que é irrisório...

Como se a intervenção do vírus pudesse servir como um ensaio geral para a crise seguinte, aquela em que a reorientação das condições de vida vai se colocar para todo mundo e em todos os detalhes da existência cotidiana que teremos que aprender a organizar com cuidado. Suponho, como muitos, que a crise sanitária está preparando, induzindo e estimulando as pessoas a se prepararem para as mudanças climáticas. Ainda será necessário testar essa hipótese.

## **O vírus não é mais do que um elo de uma corrente**

O que nos autoriza a encadear as duas crises é a súbita e dolorosa percepção de que a definição clássica de sociedade – os humanos entre si – não faz sentido. O estado do social depende a cada instante das associações entre muitos atores, cuja maioria não possui forma humana. Isso é válido para os micróbios – como sabemos desde Pasteur –, mas também para a internet, o direito, a organização dos hospitais, as capacidades do Estado e também para o clima. E, é claro, apesar da confusão em torno de um “estado de guerra” contra o vírus, isto não é nada além de um dos elos de uma corrente em que a gestão de estoques de máscaras ou de testes, a regulamentação de direitos de propriedade, os hábitos civis e os gestos de solidariedade importam igualmente para definir o grau de virulência do agente infeccioso.

Uma vez levada em conta toda a rede da qual ele é apenas um elo, o mesmo vírus não age da mesma maneira em Taiwan, em Singapura, em Nova York ou em Paris. A pandemia não é um fenômeno mais “natural” do que as crises de fome do passado ou a atual crise climática. Há muito tempo a sociedade não se mantém mais dentro dos estreitos limites do social.

## **A extensão dos poderes e a sirene das ambulâncias**

Dito isso, não está claro para mim que o paralelo vá muito além. Pois, de fato, as crises da saúde não são novas e a intervenção rápida e radical do Estado até agora não parece inovar muito. Basta ver o entusiasmo do presidente Macron em assumir a figura de chefe de Estado que tão pateticamente lhe faltava até agora. Muito melhores do que os atentados – que são

apenas assuntos de polícia –, as pandemias despertam, nos líderes e nos liderados, uma espécie de obviedade – “nós devemos protegê-los”, “vocês devem nos proteger” – que recarrega a autoridade do Estado e lhe permite exigir aquilo que, em qualquer outra circunstância, seria recebido com protestos.

Mas esse Estado, que não é aquele do século XXI e das mudanças ecológicas, mas sim aquele do século XIX e do que se convencionou chamar de “biopoder”. Para falar como o falecido estatístico Alain Desrosières, é o Estado das assim denominadas estatísticas: gestão das populações sobre uma grade territorial vista de cima e conduzida pelo poder de especialistas. Exatamente o que vemos ressuscitar agora – com a única diferença de que é replicado passo a passo, a ponto de ter se tornado planetário.

Parece-me que a originalidade da situação atual é que, ao permanecermos trancados em

casa enquanto do lado de fora não há nada além da extensão dos poderes da polícia e a sirene das ambulâncias, nós interpretamos coletivamente, de uma forma caricatural, a figura do biopoder que parece saída diretamente de um curso do filósofo Michel Foucault. Não falta sequer a obliteração de grande número de trabalhadores invisíveis forçados a trabalhar para que os outros pudessem continuar a se esconder em suas casas – sem esquecer os imigrantes, impossíveis de acomodar. Mas justamente, essa caricatura é a de uma época que não é mais a nossa.

## **Um abismo imenso**

Existe um abismo imenso entre o Estado capaz de dizer “eu protejo vocês da vida e da morte”, ou seja, da infecção por um vírus cujo rastro não é conhecido pelos pesquisadores e cujos

efeitos não são comprehensíveis para além dos levantamentos estatísticos, e o Estado que ousaria dizer “eu protejo vocês da vida e da morte, porque mantenho as condições de habitabilidade de todos os seres vivos de quem vocês dependem”.

Faça o experimento mental: imagine que o presidente Macron venha a anunciar, com o mesmo tom churchilliano, uma série de medidas para deixar as reservas de gás e do petróleo na terra, para impedir a comercialização de pesticidas e reduzir as aragens profundas e, audácia suprema, proibir o aquecimento dos fumantes na varanda dos bares... Se o imposto sobre a gasolina desencadeou este movimento dos “gilets jaunes”, é estremecedor pensar nos tumultos que incendiariam o país. E, no entanto, a exigência de proteger os franceses para seu próprio bem contra a morte é infinitamente

mais justificada no caso da crise ecológica do que no caso da crise sanitária, porque se trata literalmente de todo mundo, e não de alguns milhares de humanos – e não por um tempo, mas para sempre.

Ora, nós notamos que esse Estado não existe. E o que é mais preocupante é que não está claro como ele se prepararia para passar de uma crise à outra. Na crise sanitária, a administração tem o papel pedagógico bastante clássico, e sua autoridade coincide perfeitamente com as velhas fronteiras nacionais – o arcaísmo do retorno das fronteiras europeias é a prova dolorosa.

Para a mudança ecológica, a relação é invertida: é a administração que deve aprender com um povo multifacetado, em múltiplas escalas, a quem pode parecer que a existência sobre os territórios inteiramente redefinidos pela exigência de sair da produção globalizada

atual. Ela será absolutamente incapaz de ditar as medidas a partir de cima. Na crise sanitária, é de fato o corajoso povo que deve repreender, como na escola primária, a lavar as mãos e a tossir no cotovelo. Para a mudança ecológica, é o Estado que se encontra em situação de aprendizagem.

Mas há outra razão para que a imagem da “guerra contra o vírus” se torne incompreensível: na crise sanitária, talvez seja verdade que os humanos, colocados em conjunto, “lutem contra” os vírus – mesmo que estes não se interessem nem um pouco por nós e sigam seu caminho da garganta ao nariz, nos matando sem que esperemos.

A situação é tragicamente inversa na mudança ecológica: dessa vez, o agente patogênico cuja virulência terrível modificou as condições de existência de todos os habitantes do planeta não é o vírus, são os humanos! E não

todos os humanos, mas alguns que lutam contra nós sem declarar guerra. Para essa guerra, o Estado nacional está menos preparado, mal calibrado, tão mal desenhado quanto possível, pois as frentes são múltiplas e atravessam cada um de nós. É nesse sentido que a “mobilização geral” contra o vírus não prova em nada que nós estaremos prontos para a mobilização seguinte. Não são apenas os militares que estão sempre atrasados para uma guerra.

De qualquer forma, nunca se sabe, um tempo de Quaresma, mesmo que laica e republicana, pode levar a conversões espetaculares. Pela primeira vez depois de anos, milhões de pessoas, trancadas em casa, reencontram este luxo esquecido: o tempo para refletir e discernir sobre o que geralmente os faz se mover inutilmente em todos os sentidos. Respeitemos esse longo jejum imprevisto.

[6]

# Aprendendo com o vírus

*Paul B. Preciado*

28/03/2020

Publicado originalmente em 28/03/2020 no *El País* (<[https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952\\_026489.html](https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html)>). A versão incluída aqui foi obtida no site da seção local de Campinas da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-Campinas (<<http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>>). Tradução de Gustavo Teramatsu e Wagner Nabarro.

Se Michel Foucault tivesse sobrevivido ao flagelo da Aids e resistido até a invenção da triterapia teria 93 anos hoje: teria aceitado de bom grado ter se trancado em seu apartamento na Rue de Vaugirard? O primeiro filósofo da

história a morrer pelas complicações geradas pelo vírus da imunodeficiência adquirida nos deixou algumas das noções mais eficazes para pensar sobre a gestão política da epidemia que, em meio ao pânico e à desinformação, tornam-se tão úteis como uma boa máscara cognitiva.

O mais importante que aprendemos com Foucault é que o corpo vivo (e, portanto, mortal) é o objeto central de toda política. Il n'y a pas de politique qui ne soit pas une politique des corps (não existe uma política que não seja uma política dos corpos). Mas o corpo não é para Foucault um organismo biológico dado sobre o qual o poder age. A própria tarefa da ação política é fabricar um corpo, colocá-lo em funcionamento, definir seus modos de reprodução, prefigurar as modalidades de discurso por meio das quais esse corpo se torna ficcionalizado até poder dizer “eu”. Todo o trabalho de Foucault poderia ser entendido

como uma análise histórica das diferentes técnicas pelas quais o poder gerencia a vida e a morte das populações. Entre 1975 e 1976, os anos em que publicou *Vigiar e Punir* e o primeiro volume da *História da Sexualidade*, Foucault usou a noção de “biopolítica” para falar de uma relação que o poder estabeleceu com o corpo social na modernidade. Ele descreveu a transição do que chamou de “sociedade soberana” para uma “sociedade disciplinar” como o passo de uma sociedade que define a soberania em termos de decisão e ritualização da morte para uma sociedade que gerencia e maximiza a vida das populações em termos de interesse nacional. Para Foucault, as técnicas governamentais biopolíticas se estendiam como uma rede de poder que transbordava a esfera legal ou a esfera punitiva, tornando-se uma força “somatopolítica”, uma forma de poder espacializado que se estendia

pela totalidade do território até penetrar no corpo individual.

Durante e após a crise da Aids, vários autores expandiram e radicalizaram as hipóteses de Foucault e suas relações com as políticas imunológicas. O filósofo italiano Roberto Espósito analisou as relações entre a noção política de “comunidade” e a noção biomédica e epidemiológica de “imunidade”. Comunidade e imunidade compartilham a mesma raiz, *munus*. Em latim o *munus* era o tributo que alguém tinha que pagar para viver ou fazer parte da comunidade. A comunidade é *cum* (com) *munus* (dever, lei, obrigação, mas também oferenda): um grupo humano estreitamente unido por uma lei e por uma obrigação comum, mas também por um presente, por uma oferenda. O substantivo *immunitas* é um vocábulo privativo que deriva da negação do *munus*. No direito romano, a

*immunitas* era uma dispensa ou um privilégio que exonerava alguém dos deveres societários que são comuns a todos. Aquele que foi exonerado estava imune. Enquanto aquele que estava desmunido era aquele a que se havia retirado todos os privilégios da vida em comunidade.

Roberto Espósito nos ensina que toda biopolítica é imunológica: supõe uma definição de comunidade e o estabelecimento de uma hierarquia entre aqueles corpos que estão isentos de tributos (aqueles que são considerados imunes) e aqueles que a comunidade percebe como potencialmente perigosos (os démunis) e que eles serão excluídos em um ato de proteção imunológica. Esse é o paradoxo da biopolítica: todo ato de proteção implica uma definição de imunidade da comunidade, segundo a qual esta se dará a si mesma a autoridade para sacrificar outras vidas

para o benefício de uma ideia de sua própria soberania. O estado de exceção é a normalização desse paroxo insuportável.

A partir do século XIX, com a descoberta da primeira vacina contra varíola e os experimentos de Pasteur e Koch, a noção de imunidade migrou do âmbito do direito e adquiriu uma significação médica. As democracias liberais e patriarcais-coloniais europeias do século XIX constroem o ideal do indivíduo moderno não apenas como um agente econômico econômico livre (masculino, branco, heterossexual), mas também como um corpo imune, radicalmente separado, que não deve nada à comunidade. Para Espósito, a maneira pela qual a Alemanha nazista caracterizou parte de sua própria população (os judeus, mas também os ciganos, homossexuais, as pessoas com deficiência) como corpos que ameaçavam a soberania da comunidade ariana é um exemplo

paradigmático dos perigos da gestão imunológica. Essa compreensão imunológica da sociedade não acabou com o nazismo, mas, pelo contrário, sobreviveu na Europa legitimando as políticas neoliberais de gestão de suas minorias racializadas e das populações migrantes. É esta compreensão imunológica que forjou a comunidade econômica europeia, o mito de Shengen e as técnicas da Frontex [Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas] nos últimos anos.

Em 1994, em *Flexible Bodies*, a antropóloga Emily Martin, da Universidade de Princeton, analisou a relação entre imunidade e política na cultura americana durante as crises de poliomielite e AIDS. Martin chegou a algumas conclusões pertinentes para analisar a crise atual. A imunidade corporal, argumenta Martin, não é apenas um mero fato biológico independente de variáveis culturais e políticas.

Pelo contrário, o que entendemos por imunidade se constrói coletivamente por meio de critérios sociais e políticos que alternadamente produzem soberania ou exclusão, proteção ou estigma, vida ou morte.

Se voltamos a pensar a história de algumas das epidemias globais dos últimos cinco séculos sob o prisma oferecido por Michel Foucault, Roberto Espósito e Emily Martin, é possível elaborar uma hipótese que poderia assumir a forma de uma equação: conte-me como sua comunidade constrói sua soberania política e eu lhe direi quais formas de suas epidemias tomarão e como você as enfrentará.

As diferentes epidemias materializam no âmbito do corpo individual as obsessões que dominam a gestão política da vida e da morte das populações em um determinado período. Para colocar nos termos de Foucault, uma epidemia radicaliza e desloca as técnicas

biopolíticas aplicadas no território nacional até o nível da anatomia política, inscrevendo-as no corpo individual. Ao mesmo tempo, uma epidemia possibilita estender a toda a população as medidas políticas de “imunização” que haviam sido aplicadas até agora de maneira violenta contra aqueles que eram considerados “estrangeiros” tanto dentro como nas fronteiras do território nacional.

A gestão política das epidemias põe em cena a utopia da comunidade e as fantasias de imunidade de uma sociedade, exteriorizando seus sonhos de onipotência (e os fracassos retumbantes) de sua soberania política. A hipótese de Michel Foucault, Roberto Espósito e Emily Martin não tem nada a ver com uma teoria da conspiração. Não se trata da ideia ridícula de que o vírus seja uma invenção de laboratório ou um plano maquiavélico para estender ainda mais políticas autoritárias. Pelo

contrário, o vírus atua à nossa imagem e semelhança, não faz mais do que replicar, materializar, intensificar e estender a toda a população as formas dominantes da gestão biopolítica e necropolítica que já estavam trabalhando no território nacional e em suas fronteiras. Portanto, cada sociedade pode ser definida pela epidemia que a ameaça e pelo modo de se organizar frente a ela.

Pensemos, por exemplo, na sífilis. A epidemia atingiu a cidade de Nápoles pela primeira vez em 1494. O empreendimento colonial europeu havia acabado de começar. A sífilis era como a arma de partida para a destruição colonial e as políticas raciais que viriam com elas. Os ingleses a chamaram de “a doença francesa”, os franceses diziam que era “o mal napolitano” e os napolitanos, que ela tinha vindo da América: dizia-se ter sido trazida pelos colonizadores que haviam sido infectados pelos

indígenas... O vírus, como Derrida nos ensinou, é, por definição, o estrangeiro, o outro, o estrangeiro. Infecção sexualmente transmissível, a sífilis materializou nos corpos dos séculos XVI ao XIX as formas de repressão e exclusão social que dominavam a modernidade patriarcal-colonial: a obsessão pela pureza racial, a proibição dos chamados “casamentos mistos” entre pessoas de diferentes classes e “raças” e as múltiplas restrições que pesavam sobre as relações sexuais e extraconjugaais.

A utopia da comunidade e o modelo de imunidade da sífilis é o do corpo branco burguês sexualmente confinado na vida matrimonial como núcleo da reprodução do corpo nacional. Portanto, a prostituta tornou-se o corpo vivo que condensou todos os significantes políticos abjetos durante a epidemia: uma mulher trabalhadora e muitas

vezes racializada, um corpo fora das normas domésticas e matrimoniais, que fazia de sua sexualidade seu meio de produção, a trabalhadora foi visibilizada, controlada e estigmatizada como o principal vetor da disseminação do vírus. Mas não foi a repressão da prostituição ou o confinamento de prostitutas em bordéis nacionais (como Restif de la Bretonne imaginou) o que curou a sífilis. Muito pelo contrário. O isolamento das prostitutas apenas as tornou mais vulneráveis à doença. O que curou a sífilis foi a descoberta de antibióticos e especialmente penicilina em 1928, precisamente um momento de profundas transformações da política sexual na Europa com os primeiros movimentos de descolonização, o acesso das mulheres brancas ao voto, as primeiras descriminalizações da homossexualidade e uma relativa liberalização da ética matrimonial heterossexual.

Meio século depois, a AIDS foi para a sociedade neoliberal heteronormativa do século XX o que a sífilis havia sido para a sociedade industrial e colonial. Os primeiros casos surgiram em 1981, precisamente no momento em que a homossexualidade não era mais considerada uma doença psiquiátrica, depois de ter sido objeto de perseguição e discriminação social durante décadas. A primeira fase da epidemia afetou, prioritariamente, o chamado 4 H: homossexuais, *hookers* — profissionais do sexo —, hemofílicos e *heroin users* — heroinômanos. A AIDS remasterizou e atualizou a rede de controle sobre o corpo e a sexualidade que a sífilis havia tecido e que a penicilina e a descolonização, os movimentos feministas e gays haviam desarticulado e transformado nas décadas de 1960 e 1970. Como no caso das prostitutas na crise da sífilis, a repressão à homossexualidade apenas causou mais mortes.

O que está transformando progressivamente a AIDS em uma doença crônica tem sido a despatologização da homossexualidade, a autonomia farmacológica do Sul, a emancipação sexual das mulheres, o direito de dizer não às práticas sem preservativo e o acesso da população afetada, independentemente de sua classe social ou grau de racialização, a triterapias. O modelo de comunidade / imunidade da AIDS tem a ver com a fantasia da soberania sexual masculina entendida como um direito inegociável de penetração, enquanto qualquer corpo penetrado sexualmente (homossexual, feminino, todas as formas de analidade) é percebido como desprovido de soberania.

Voltemos agora à nossa situação atual. Muito antes do surgimento da Covid-19, já tínhamos iniciado um processo de mudança planetária. Antes do vírus, já estávamos

passando por uma transformação social e política tão profunda quanto a que afetou as sociedades que desenvolveram sífilis. No século XV, com a invenção da imprensa e a expansão do capitalismo colonial, passou-se de uma sociedade oral para uma sociedade escrita, de um modo de produção feudal para um modo de produção industrial-escravagista e de uma sociedade teocrática para uma sociedade regida por acordos científicos em que as noções de sexo, raça e sexualidade se tornariam dispositivos de controle necro-biopolítico da população.

Hoje, estamos passando de uma sociedade escrita para uma sociedade ciberoral, de uma sociedade orgânica para uma sociedade digital, de uma economia industrial para uma economia imaterial, de uma forma de controle disciplinar e arquitetônico para formas de controle microprotético e midiático-

cibernéticas. Em outros textos, chamei de farmacopornográfica o tipo de gestão e produção do corpo e da subjetividade sexual dentro dessa nova configuração política. O corpo e a subjetividade contemporâneos já não são mais regulados unicamente pela passagem por instituições disciplinares (escola, fábrica, casa, hospital etc.), mas, e acima de tudo, por um conjunto de tecnologias biomoleculares, microprotéticas, digitais e de transmissão e de informação. No campo da sexualidade, a modificação farmacológica da consciência e do comportamento, a mundialização da pílula contraceptiva para todas as “mulheres”, bem como a produção de triterapias, terapias preventivas para a AIDS ou o viagra são alguns dos índices de gestão biotecnológica. A extensão planetária da Internet, a generalização do uso de tecnologias informáticas móveis, o uso de inteligência artificial e algoritmos na análise de

big data, o intercâmbio de informação em alta velocidade e o desenvolvimento de dispositivos globais de vigilância informática por meio de satélites são indícios desta nova gestão semiótica-técnica digital. Se eu os chamei de pornográficas, é porque, em primeiro lugar, essas técnicas de biovigilância se introduzem dentro do corpo, atravessam na pele, nos penetram; e segundo, porque os dispositivos de biocontrole já não funcionam mais pela repressão da sexualidade (masturbatória ou não), mas pela incitação ao consumo e à produção constante de um prazer regulado e quantificável. Quanto mais consumimos e mais saudáveis somos, melhor somos controlados.

A mudança que está ocorrendo também pode ser a passagem de um regime patriarcal-colonial e extrativista, de uma sociedade antropocêntrica e de uma política em que uma parte muito pequena da comunidade humana

planetária se autoriza a si mesma a levar a cabo práticas de predação universal, a uma sociedade capaz de redistribuir energia e soberania. De uma sociedade de energia fóssil a uma sociedade de energia renovável. Também está em questão a transição de um modelo binário de diferença sexual para um paradigma mais aberto, no qual a morfologia dos órgãos genitais e a capacidade reprodutiva de um corpo não definem sua posição social a partir do momento do nascimento; e de um modelo heteropatriarcal a formas não hierárquicas de reprodução da vida. O que estará no centro do debate durante e após esta crise é quais serão as vidas que estaremos dispostos a salvar e quais serão sacrificadas. É no contexto desta mudança, da transformação das formas de entender a comunidade (uma comunidade que hoje é a totalidade do planeta) e da imunidade

onde o vírus opera e se torna uma estratégia política.

## **Imunidade e política da fronteira**

O que caracterizou as políticas governamentais dos últimos 20 anos, desde ao menos a queda das Torres Gêmeas, em face das aparentes ideias de liberdade de circulação que dominavam o neoliberalismo da era Thatcher, foi a redefinição dos estados-nação em termos neocoloniais e identitários e um retorno à ideia de uma fronteira física como condição para o restabelecimento da identidade nacional e da soberania política. Israel, Estados Unidos, Rússia, Turquia e a Comunidade Econômica Europeia lideraram o desenho de novas fronteiras que, pela primeira vez em décadas, não só foram vigiadas e protegidas, mas foram reinscritas por meio da decisão de erguer muros

e construir diques, e defendidas com medidas não biopolíticas, mas necropolíticas, com técnicas de morte.

Como sociedade europeia, decidimos nos construir coletivamente como uma comunidade totalmente imune, fechada ao Oriente e ao Sul, enquanto o Oriente e o Sul, do ponto de vista dos recursos energéticos e da produção de bens de consumo, são nosso armazém. Fechamos a fronteira na Grécia, construímos os maiores centros de detenção ao ar livre da história nas ilhas que fazem fronteira com a Turquia e o Mediterrâneo e fantasiamos que assim conseguiríamos uma forma de imunidade. A destruição da Europa começou paradoxalmente com essa construção de uma comunidade européia imune, aberta em seu interior e totalmente fechada para estrangeiros e migrantes.

O que está sendo ensaiado em escala planetária por meio da gestão do vírus é um novo modo de entender a soberania em um contexto em que a identidade sexual e racial (eixos da segmentação política do mundo patriarcal e colonial até agora) está sendo desarticulado. A Covid-19 deslocou as políticas de fronteira que estavam ocorrendo no território nacional ou no super-território europeu para o nível de cada corpo individual. O corpo, seu corpo individual, como espaço vivo e como trama de poder, como centro de produção e consumo de energia, tornou-se o novo território no qual as políticas de fronteira agressivas que projetamos e testamos durante anos são expressas agora sob a forma de uma barreira e guerra contra o vírus. A nova fronteira necropolítica mudou das costas da Grécia até a porta do domicílio privado. Lesbos começa agora na sua porta de sua casa. E a

fronteira não para de te cercar, ela empurra até ficar cada vez mais perto do seu corpo. Calais explode agora na sua cara. A nova fronteira é a máscara. O ar que você respira deve ser apenas seu. A nova fronteira é a sua epiderme. O novo Lampedusa é a sua pele.

Reproduzem-se agora sobre os corpos individuais as políticas da fronteira e as rigorosas medidas de confinamento e imobilização que nós, como comunidade, aplicamos nos últimos anos a migrantes e refugiados — até deixá-los fora de toda comunidade. Durante anos, nós os tivemos no limbo dos centros de detenção. Agora somos nós que vivemos no limbo do centro de detenção de nossas próprias casas.

## **A biopolítica na era ‘farmacopornográfica’**

As epidemias, por seu apelo a um estado de exceção e à imposição inflexível de medidas extremas, também são grandes laboratórios de inovação social, ocasião para uma reconfiguração em larga escala das técnicas do corpo e das tecnologias do poder. Foucault analisou a mudança da gestão da lepra para o controle da peste como o processo pelo qual as técnicas disciplinares de espacialização do poder da modernidade foram implantadas. Se a lepra foi confrontada por medidas estritamente necropolíticas que excluíram o leproso, condenando-o, senão à morte, pelo menos à vida fora da comunidade, a reação à epidemia de peste inventou a gestão disciplinar e suas formas de inclusão excludente: segmentação rigorosa da cidade, confinamento de cada corpo em cada casa.

As diferentes estratégias adotadas por diferentes países diante da extensão da Covid-19 mostram dois tipos totalmente diferentes de tecnologias biopolíticas. A primeira, operando principalmente na Itália, Espanha e França, aplica medidas estritamente disciplinares que não são, em muitos aspectos, muito diferentes daquelas usadas contra a peste. Trata-se do confinamento doméstico de toda a população. Vale a pena reler o capítulo sobre a gestão da peste na Europa de *Vigiar e Punir* para perceber que as políticas de gestão da Covid-19 não mudaram muito desde então. Aqui, a lógica da fronteira arquitetônica funciona e o tratamento de casos de infecção em ambientes hospitalares clássicos. Essa técnica ainda não mostrou evidências de eficácia total.

A segunda estratégia, colocada em marcha pela Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, Japão e Israel, supõe a mudança de

controle arquitetônico moderno e técnicas disciplinares para técnicas farmacopornográficas de biovigilância: aqui a ênfase está na detecção individual do vírus por meio da multiplicação de testes e vigilância digital constante e rigorosa dos pacientes através de seus dispositivos informáticos móveis. Telefones celulares e cartões de crédito aqui se tornam instrumentos de vigilância que permitem rastrear os movimentos do corpo individual. Não precisamos de pulseiras biométricas: o celular se tornou o melhor bracelete, ninguém está separado dele ou para dormir. Um aplicativo de GPS informa à polícia dos movimentos de qualquer corpo suspeito. A temperatura e o movimento de um corpo individual são monitorados por meio de tecnologias móveis e observados em tempo real pelo olho digital de um Estado ciber-autoritário para o qual a comunidade é uma comunidade

de ciberusuários e a soberania é acima de tudo transparência digital e gestão de big data.

Porém, essas políticas de imunização política não são novas e não foram empregadas anteriormente somente para a busca e captura dos assim chamados terroristas: desde o início da década de 2010, por exemplo, Taiwan legalizou o acesso a todos os contatos de aplicativos de encontro sexual dos celulares com o objetivo de “prevenir” a expansão da AIDS e a prostituição na internet. A Covid-19 legitimou e estendeu essas práticas estatais de biovigilância e controle digital normalizando-as e fazendo-as “necessárias” para manter uma certa ideia de imunidade. No entanto, os mesmos Estados que implementam medidas de vigilância digital extrema não planejam proibir o tráfico e o consumo de animais selvagens ou a produção industrial de aves e mamíferos, nem reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>. O que aumentou

não é a imunidade do corpo social, mas a tolerância cidadã perante o controle cibernetico estatal e corporativo.

A gestão política da Covid-19 como forma de administração da vida e da morte desenha os contornos de uma nova subjetividade. O que se terá inventado depois da crise é uma nova utopia da comunidade imune e uma nova forma de controle do corpo. O sujeito do tecnopatriarcado neoliberal que a Covid-19 fabrica não tem pele, é intocável, não tem mãos. Não troca bens físicos, nem toca moedas, paga com cartão de crédito. Não tem lábios, não tem língua. Não fala diretamente, deixa uma mensagem de voz. Não se reúne nem se coletiviza. É radicalmente indivíduo. Não tem rosto, tem máscara. Seu corpo orgânico se oculta para poder existir por trás de uma série indefinida de mediações semio-técnicas, uma série de próteses ciberneticas que lhe servem de

máscara: a máscara do endereço de correio eletrônico, a máscara da conta do Facebook, a máscara do Instagram. Não é um agente físico, mas um consumidor digital, um teleprodutor, é um código, um pixel, uma conta bancária, uma porta com um nome, um domicílio a que Amazon pode enviar seus pedidos.

### **A prisão branda: bem-vindo à telerrepública da sua casa**

Um dos deslocamentos centrais das técnicas biopolíticas farmacopornográficas que caracterizam a crise da Covid-19 é que o domicílio pessoal — e não as instituições tradicionais de confinamento e normalização (hospital, fábrica, prisão, colégio) — aparece agora como o novo centro de produção, consumo e controle biopolítico. Já não se trata só de que a casa seja o lugar de confinamento do corpo, como era o caso da gestão da peste. O

domicílio pessoal se converteu agora no centro da economia do teleconsumo e da teleprodução. O espaço doméstico existe agora como um ponto em um espaço cibervigiado, um lugar identificável em um mapa do Google, uma caixa reconhecível por um drone.

Se me interessei em seu momento pela Mansão Playboy é porque ela funcionou em plena guerra fria como um laboratório no qual estavam sendo inventados novos dispositivos de controle farmacopornográfico do corpo e da sexualidade que haveriam de se estender a partir do início do século XXI e que agora se ampliam à totalidade da população mundial com a crise da Covid-19. Quando fiz minha pesquisa sobre a Playboy, me chamou atenção o fato de que Hugh Hefner, um dos homens mais ricos do mundo, passou quase 40 anos sem sair de sua Mansão, vestido unicamente com pijama, roupão e pantufas, bebendo coca-cola e

comendo aperitivos e pôde dirigir e produzir a revista mais importante dos Estados Unidos sem sair de sua casa ou mesmo de sua cama. Suplementada com uma câmera de vídeo, uma linha direta de telefone, rádio e música ambiente, a cama de Hefner era uma autêntica plataforma de produção multimídia da vida de seu habitante.

O biógrafo Steven Watts denominou Hefner como um “um recluso voluntário em seu próprio paraíso”. Adepto de dispositivos de arquivo audiovisual de todo tipo, Hefner, muito antes que existisse o celular, o Facebook ou o Whatsapp, enviava mais de vinte fitas de áudio e vídeo com mensagens que iam de entrevistas ao vivo a diretrizes de publicação. Hefner havia instalado na mansão, na qual viviam também uma dúzia de Playmates, um circuito fechado de câmeras e podia, desde sua central de controle, acessar todos os cômodos em tempo real.

Coberta de painéis de madeira e espessas cortinas, mas penetrada por milhares de cabos e repleta do que nesse momento se tinha como as mais altas tecnologias de telecomunicações (e que hoje nos pareceriam absolutamente arcaicas), era ao mesmo tempo totalmente opaca e totalmente transparente. Os materiais filmados pelas câmeras de vigilância acabavam também nas páginas da revista.

A revolução biopolítica silenciosa que Playboy liderou supunha, para além da transformação da pornografia heterossexual em cultura de massas, colocar em questão a divisão que a sociedade industrial do século XIX havia fundado: a separação das esferas da produção e da reprodução, a diferença entre a fábrica e a residência e com ela a distinção patriarcal entre masculinidade e feminilidade. Playboy acatou essa diferença propondo a criação de um novo enclave de vida: o apartamento de solteiro

totalmente conectado às novas tecnologias da comunicação com as quais o novo produtor semiótico não necessita sair nem para trabalhar, nem para praticar sexo — atividades que, aliás, haviam se tornado indistinguíveis. Sua cama giratória era ao mesmo tempo sua mesa de trabalho, um escritório de direção, um cenário fotográfico e um lugar de compromissos sexuais, além do aparelho de televisão que transmitia o famoso programa *Playboy After Dark*. Playboy antecipou os discursos contemporâneos sobre o teletrabalho e a produção imaterial que a gestão da crise da Covid-19 transformou em um dever cidadão. Hefner chamou esse novo produtor social de “trabalhador horizontal”. O vetor de inovação social que Playboy colocou em marcha era a erosão (para não dizer a destruição) da distância entre trabalho e ócio, entre produção e sexo. A vida do playboy, constantemente

filmada e difundida nos meios de comunicação da revista e da televisão, era totalmente pública, ainda que o playboy não saísse de sua casa ou mesmo de sua cama. Nesse sentido, Playboy colocava também em questão a diferença entre as esferas masculinas e femininas, fazendo com que o novo operário multimídia fosse o que parecia na época um oxímoro, um homem doméstico. O biógrafo de Hefner nos recorda que esse afastamento produtivo precisava de um suporte químico: Hefner era um grande consumidor de Dexedrina, uma anfetamina que eliminava o cansaço e o sono. Desse modo, paradoxalmente, o homem que nunca saía de sua cama, não dormia nunca. A cama como novo centro de operações multimídia era uma cela farmacopornográfica: só poderia funcionar com a pílula anticoncepcional, drogas que mantiveram o nível produtivo em alta e um constante fluxo de códigos semióticos que

haviam se convertido no único e verdadeiro alimento que nutria o playboy.

Isso lhes soa familiar agora? Isso tudo parece estranho a suas próprias vidas confinadas? Recordemos agora as consignas do presidente francês Emmanuel Macron: estamos em guerra, não saiam de casa e teletrabalhem. As medidas biopolíticas de gestão do contágio impostas frente ao coronavírus têm feito com que cada um de nós nos transformemos em um trabalhador horizontal mais ou menos playboyesco. O espaço doméstico de qualquer um de nós está hoje dez mil vezes mais tecnificado do que estava a cama giratória de Hefner em 1968. Os dispositivos de teletrabalho e telecontrole estão agora na palma de nossas mãos.

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault analisou as celas religiosas de confinamento unipessoal como autênticos vetores que

serviram para modelizar a passagem das técnicas soberanas e sangrentas de controle do corpo e da subjetividade anteriores ao século XVIII para as arquiteturas disciplinares e os dispositivos de confinamento como novas técnicas de gestão da totalidade da população. As arquiteturas disciplinares foram versões secularizadas das células monásticas nas que se gesta pela primeira vez o indivíduo moderno como alma encerrada em um corpo, um espírito leitor capaz de ler as consignas do Estado. Quando o escritor Tom Wolfe visitou Hefner, disse que ele vivia em uma prisão tão branda quanto o coração de uma alcachofra. Podemos dizer que a mansão Playboy e a cama giratória de Hefner, convertidos em objeto de consumismo pop, funcionaram durante a guerra fria como espaços de transição nos quais se inventa um novo sujeito protético, ultraconectado e as novas formas de consumo e

controle farmacopornográficas e de vigilância que dominam a sociedade contemporânea. Essa mutação se estendeu e amplificou mais durante a gestão da crise da Covid-19: nossas máquinas portáteis de telecomunicação são nossos novos carcereiros e nossos interiores domésticos se converteram na prisão branda e ultraconectada do futuro.

## **Mudança ou submissão**

Porém, tudo isso pode ser uma má notícia ou uma grande oportunidade. É precisamente porque nossos corpos são os novos enclaves do biopoder e nossos apartamentos as novas células de biovigilância que se torna mais urgente do que nunca inventar novas estratégias de emancipação cognitiva e de resistência e colocar em marcha novos processos antagonistas.

Contrariamente ao que se poderia imaginar, nossa saúde não virá da imposição de fronteiras ou da separação, mas de um novo entendimento da comunidade com todos os seres vivos, de um novo equilíbrio com os outros seres vivos do planeta. Precisamos de um parlamento dos corpos planetário, um parlamento não definido em termos de políticas de identidade nem de nacionalidades, um parlamento de corpos vivos (vulneráveis) que vivem no planeta Terra. O evento Covid-19 e suas consequências nos chamam a liberar-nos de uma vez por todas da violência com que definimos nossa imunidade social. A cura e a recuperação não podem ser o simples gesto imunológico negativo da retirada do social, do confinamento da comunidade. A cura e o cuidado só podem surgir de um processo de transformação política. Sanar-nos a nós mesmos como sociedade significa inventar uma nova comunidade para além das políticas

de identidade e da fronteira com as que até agora produzimos a soberania, mas também para além da redução da vida a sua biovigilância cibernética. Seguir com vida, nos manter vivos como planeta perante o vírus, mas também perante o que possa acontecer, significa colocar em marcha formas estruturais de cooperação planetária. Como o vírus muda, se queremos resistir à submissão nós também devemos mudar.

É necessário passar de uma mudança forçada a uma mudança deliberada. Devemos nos reapropriar criticamente das técnicas de biopolítica e de seus dispositivos farmacopornográficos. Em primeiro lugar, é imperativo mudar a relação de nossos corpos com as máquinas de biovigilância e biocontrole: eles não são simples dispositivos de comunicação. Temos que aprender coletivamente a alterá-los. Mas também é

preciso nos desalinharmos. Os Governos nos chamam ao confinamento e ao teletrabalho. Utilizemos o tempo e a força do confinamento para estudar as tradições de luta e resistência minoritárias que nos ajudaram a sobreviver até aqui. Desliguemos os celulares, desconectemos a internet. Façamos o grande blecaute perante os satélites que nos vigiam e imaginemos juntos a revolução que vem.

[7]

# Epidemia de neoliberalismo

*Raúl Zibechi*

29/03/2020

Publicado originalmente em 29/03/2020 no *La Jornada* (<<https://www.jornada.com.mx/2020/03/13/opinion/018a1pol>>). A versão incluída aqui foi obtida no site da seção local de Campinas da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-Campinas (<<http://agbcampinas.com.br/site/2020/raul-zibechi-epidemia-de-neoliberalismo/>>). Tradução do Cepat, publicada originalmente na *Revista IHU On-line* (<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597097-epidemia-de-neoliberalismo-artigo-de-raul-zibechi>>).

Séculos atrás, pudemos aprender a importância dos ambientes sociais e naturais onde os vírus se enraízam e se multiplicam, porque vivemos com eles e nem sempre nos ameaçam. A peste negra deveria ter nos ensinado que os vírus pré-

existentes se multiplicam e se espalham quando são criadas as condições apropriadas. No nosso caso, essas condições foram criadas pelo neoliberalismo.

Em *Plagas y pueblos*, William McNeill destaca algumas questões da atualidade, quando analisa a peste negra que varreu a Europa, a partir de 1347. Os cristãos, ao contrário dos pagãos, cuidavam dos doentes, ajudavam-se mutuamente em tempos de pestilência e, desse modo, continham os efeitos da peste (Siglo XXI, p. 122). A saturação de seres humanos, a superpopulação, foi fundamental na disseminação da peste (p. 163).

A pobreza, uma dieta pouco variada e a não observação dos hábitos, costumes locais das cidades, devido à chegada de novos habitantes, transformaram as pestes em desastres (p. 155).

Braudel acrescenta que a peste, ou hidra de mil cabeças, constitui uma constante, uma

estrutura da vida dos homens (As estruturas do cotidiano, p. 54). No entanto, como aprendemos pouco.

A peste negra destruiu a sociedade feudal, devido à escassez aguda de mão de obra resultante da morte, em poucos anos, de metade da população europeia e, também, pela perda de credibilidade das instituições. Esse é o medo que agora leva os estados a fechar milhões.

A epidemia de coronavírus em andamento tem algumas peculiaridades. Vou me concentrar no social, porque ignoro questões científicas elementares.

A epidemia atual não teria o impacto que tem, se não fosse por três longas décadas de neoliberalismo, que causou danos ambientais, de saúde e sociais provavelmente irreparáveis.

A Organização das Nações Unidas, através do Programa das Nações Unidas para o Meio

Ambiente (PNUMA), reconhecem que a epidemia é um reflexo da degradação ambiental. O relatório observa que as doenças transmitidas de animais para humanos estão crescendo e piorando na medida em que os habitats selvagens são destruídos pela atividade humana, porque os patógenos se espalham mais rapidamente para rebanhos e seres humanos.

Para prevenir e limitar as zoonoses, é necessário interromper as múltiplas ameaças aos ecossistemas e à vida selvagem, entre elas, a redução e fragmentação de habitats, o comércio ilegal, a contaminação e proliferação de espécies invasoras e, cada vez mais, a mudança climática.

As temperaturas no início de março (inverno) em algumas regiões da Espanha estão até 10 graus acima do normal. Além disso, as evidências científicas relacionam a explosão de doenças virais com o desmatamento”.

A segunda questão que multiplica a epidemia são os cortes acentuados no sistema de saúde. Na Itália, nos últimos 10 anos, 70.000 leitos hospitalares foram fechados, foram fechados 359 departamentos e vários pequenos hospitais foram abandonados. Entre 2009 e 2018, os gastos com saúde cresceram 10%, frente aos 37% da OCDE. Na Itália, existem 3,2 leitos para cada mil habitantes. Na França 6 e na Alemanha 8.

Entre janeiro e fevereiro, o setor de saúde espanhol perdeu 18.320 trabalhadores, em plena expansão do coronavírus. Os sindicatos do setor denunciam abuso na contratação de temporários e precariedade no emprego, enquanto as condições de trabalho são cada vez mais duras. Essa política neoliberal em relação ao sistema de saúde é uma das razões pelas quais a Itália colocou o país inteiro em

quarentena e a Espanha pode seguir o mesmo caminho.

A terceira questão é a epidemia de individualismo e de desigualdade, cultivadas pelos grandes meios de comunicação que se dedicam a incutir medo, informando de maneira enviesada. Por mais de um século, sofremos uma poderosa ofensiva do capital e dos estados contra os espaços populares de socialização, enquanto são abençoadas as catedrais do consumo, como os shoppings.

O consumismo despolitiza, desidentifica e implica uma mutação antropológica (como alertou Pasolini). Hoje, há mais pessoas que desejam ter animais de estimação do que filhos. Este é o mundo que criamos e pelo qual somos responsáveis.

As medidas que se tomam, a longo prazo, podem agravar as epidemias. O Estado suspende a sociedade ao isolar e confinar a

população em suas casas, proibindo até mesmo o contato físico.

A desigualdade é como a da Idade Média (por volta de 1500), quando os ricos corriam para suas casas de campo, quando se anunciava a peste, enquanto os pobres eram deixados sozinhos, prisioneiros da cidade contaminada, onde o Estado os alimentava, isolava, bloqueava e vigiava (Braudel p. 59).

O modelo do panóptico carcerário digitalizado, que suspende as relações humanas, parece ser o objetivo estratégico do capital para não perder o controle na atual transição sistêmica.

[8]

# Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise

*Bruno Latour*

29/03/2020

Publicado originalmente em 30/03/2020 no AOC (<<https://aoc.media/opinion/2020/03/29/imaginer-les-gestes-barrieres-contre-le-retour-a-la-production-davant-crise/>>). A versão incluída aqui foi obtida no site do Bruno Latour (<[http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS\\_1.pdf](http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS_1.pdf)>). Tradução de Déborah Danowski.

Pode haver algo de indecoroso em se projetar pela imaginação no período pós-crise, enquanto os trabalhadores da área da saúde estão, como se diz, “na linha de frente”, milhões de pessoas

perdem seus empregos, e muitas famílias em luto não podem sequer enterrar seus mortos. E entretanto, é agora que devemos lutar para que, uma vez terminada a crise, a retomada da economia não traga de volta o mesmo velho regime climático que temos tentado combater, até aqui em vão. De fato, a crise sanitária está embutida em algo que é, não uma crise – algo sempre passageiro –, mas uma mutação ecológica duradoura e irreversível. Temos boa probabilidade de “sair” da primeira, mas não temos nenhuma chance de “sair” da segunda. As duas situações não têm a mesma escala, mas é muito esclarecedor relacioná-las. Em todo caso, seria uma pena não aproveitarmos a crise sanitária para descobrir outras formas de adentrar a mutação ecológica, sem ser às cegas.

A primeira lição do coronavírus é também a mais espantosa. De fato, ficou provado que é possível, em questão de semanas, suspender,

em todo o mundo e ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível desacelerar ou redirecionar. A todos os argumentos apresentados pelos ecologistas sobre a necessidade de alterarmos nosso modo de vida, sempre se opunha o argumento da força irreversível do "trem do progresso", que nada era capaz de tirar dos trilhos, "em virtude", dizia-se, "da "globalização". Ora, é justamente seu caráter globalizado que torna tão frágil o famoso desenvolvimento, o qual, ao contrário, pode sim ser desacelerado e finalmente parado.

De fato, não são apenas as multinacionais ou os acordos comerciais ou a internet ou as agências de turismo que estão globalizando o planeta: cada entidade desse mesmo planeta tem sua maneira própria de integrar os outros elementos que compõem, em um dado momento, o coletivo. Isso é verdade para o CO<sub>2</sub>,

que aquece a atmosfera global por sua difusão no ar; para as aves migratórias, que transportam novas formas de gripe; mas também é verdade, como estamos dolorosamente reaprendendo, para o coronavírus, cuja capacidade de ligar "todos os humanos" passa pela via aparentemente inofensiva dos nossos perdigotos. Contra a globalização, uma globalização ainda maior: se o objetivo é conectar bilhões de humanos, os micróbios estão aí para isso mesmo!

Daí esta incrível descoberta: havia de fato no sistema econômico mundial, escondido de todos os olhares, um sinal de alarme vermelho vivo, junto a uma grande alavanca de aço que cada chefe de Estado podia puxar de uma só vez para fazer parar "o trem do progresso" com um estridente guincho dos freios. Se, em janeiro, o pedido para fazer uma curva de 90 graus que nos permitisse aterrissar ainda parecia uma doce

ilusão, agora ele se torna muito mais realista: qualquer motorista sabe que para ter alguma chance de se salvar fazendo uma rápida manobra no volante sem sair da estrada é melhor primeiro desacelerar...

Infelizmente, não são só os ecologistas que veem nessa pausa súbita no sistema de produção globalizado uma grande oportunidade de fazer avançar seu programa de aterrissagem. Os adeptos da globalização, aqueles que, em meados do século XX, inventaram a idéia de escapar das restrições planetárias, também vêem nela uma excelente oportunidade de se desvencilhar ainda mais radicalmente do que resta de obstáculos à sua fuga para fora do mundo. Para eles, essa é uma oportunidade boa demais de se livrarem do resto do Estado social, da rede de segurança dos mais pobres, do que ainda resta de regulamentação contra a poluição e, mais cinicamente ainda, de se

livrarem de toda essa gente em excesso que atulha o planeta (cf. Stoller 2020).

Não esqueçamos, de fato, que devemos assumir que esses adeptos da globalização estão conscientes da mutação ecológica, e que todos os seus esforços nos últimos 50 anos consistiram em negar a importância das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, em escapar de suas consequências, construindo fortalezas que possam garantir seus privilégios, bastiões inacessíveis àqueles que terão que ser deixados para trás. Eles não são ingênuos a ponto de acreditar no grande sonho modernista da partilha universal dos "frutos do progresso"; a novidade é sua franqueza: eles agora sequer se preocupam em fazer as massas acreditarem nessa ilusão (cf. Latour 2019).

São eles que aparecem todos os dias na Fox News e que estão no poder de todos os estados negacionistas do planeta, de Moscou a Brasília e

de Nova Delhi a Londres e Washington. O que torna a situação atual tão perigosa não são apenas as mortes que se acumulam diariamente, mas a suspensão geral de um sistema econômico que proporciona, àqueles que querem ir ainda mais longe em sua fuga para fora do mundo planetário, uma excelente oportunidade de "recolocar tudo em questão". Não devemos esquecer que o que torna os adeptos da globalização tão perigosos é que eles sabem que perderam, sabem que a negação das mudanças climáticas não poderá continuar indefinidamente, que não há mais nenhuma chance de conciliar seu "desenvolvimento" com os vários “envelopes” (cf. Latour 2015) do planeta com os quais a economia terá que se haver mais cedo ou mais tarde. Isto é o que os torna dispostos a tentar de tudo para se aproveitar mais uma (última?) vez das condições excepcionais, para poder durar um

pouco mais e proteger a si próprios e aos seus filhos (cf. Stoller 2020). A "suspenção do mundo" (Danowski e Viveiros de Castro 2014), esta frenagem, esta pausa imprevista, dá-lhes a oportunidade de fugir mais depressa e para mais longe do que jamais imaginaram. Os revolucionários do momento são eles.

É aqui que devemos agir. Se a oportunidade serve para eles, serve para nós também. Se tudo pára, tudo pode ser recolocado em questão, infletido, selecionado, triado, interrompido de vez ou, pelo contrário, acelerado. Agora é que é a hora de fazer o balanço de fim de ano. À exigência do bom senso: “Retomemos a produção o mais rápido possível”, temos de responder com um grito: “De jeito nenhum!”. A última coisa a fazer seria voltar a fazer tudo o que fizemos antes.

Por exemplo, outro dia, mostraram na televisão um floricultor holandês, os olhos

cheios de lágrimas, porque teve que jogar fora toneladas de tulipas já prontas para serem embarcadas: não podia mais enviar as tulipas de avião para os quatro cantos do mundo porque não tinha clientes. Só podemos lamentar, é claro; é justo que ele seja compensado. Mas então a câmera recuou, mostrando que suas tulipas são cultivadas hidroponicamente, sob luz artificial, antes de serem entregues aos aviões de carga no aeroporto de Schiphol, sob uma chuva de querosene. O que justifica a dúvida: "Será realmente útil continuar esta forma de produzir e vender esse tipo de flores?"

Uma coisa leva a outra: se cada um de nós começarmos a fazer esse tipo de pergunta sobre cada aspecto de nosso sistema de produção, podemos nos tornar efetivos *interruptores da globalização* – tão efetivos, pois somos milhões, quanto o famoso coronavírus em sua maneira

única de globalizar o planeta. O que o vírus consegue com a humilde circulação boca a boca de perdigotos – a suspensão da economia mundial – nós começamos a poder imaginar que nossos pequenos e insignificantes gestos, acoplados uns aos outros, conseguirão: suspender o sistema produtivo. Ao nos colocarmos esse tipo de questão, cada um de nós começa a imaginar “*gestos barreira*” [*gestes barrières*], mas não apenas contra o vírus: contra cada elemento de um modo de produção que não queremos que seja retomado.

Não se trata mais de retomar ou de transformar um sistema de produção, mas de abandonar a produção como o único princípio de relação com o mundo (cf. Kazic 2019). Não se trata de revolução, mas de dissolução, pixel por pixel. Como mostra Pierre Charbonnier (2020), após cem anos de um socialismo que se limitou a pensar a *redistribuição* dos benefícios

da economia, talvez seja o momento de inventar um socialismo que conteste *a própria produção*. É que a injustiça não se limita apenas à redistribuição dos frutos do progresso, mas à própria maneira de fazer o planeta *produzir frutos*. O que não significa decrescer ou viver de amor ou de brisa, mas aprender a selecionar cada segmento deste famoso sistema pretensamente irreversível, a questionar cada uma das conexões supostamente indispensáveis e a experimentar, pouco a pouco, o que é desejável e o que deixou de sê-lo.

Daí a importância fundamental de usar este tempo de confinamento imposto para descrevermos, primeiro cada um por si, depois em grupo, aquilo a que somos apegados, aquilo de que estamos dispostos a nos libertar, as cadeias que estamos prontos a reconstituir e aquelas que, através do nosso comportamento, estamos decididos a interromper. Quanto aos

adeptos da globalização, esses parecem ter uma ideia muito clara do que querem ver renascer após a retomada: a mesma coisa, só que pior, com a indústria petrolífera e os gigantescos navios de cruzeiro como bônus. Cabe a nós opor a eles nosso contra-inventário. Se, em apenas um ou dois meses, bilhões de humanos somos capazes, ao apito do árbitro, de aprender o novo "distanciamento social", de nos afastar uns dos outros para sermos mais solidários, de ficar em casa para não sobrecarregarmos os hospitais, podemos perfeitamente imaginar o poder transformador desses novos gestos, barreiras erguidas contra a repetição de tudo exatamente como era antes, ou pior, contra uma nova investida mortífera daqueles que querem escapar de vez à força de atração da Terra.

\* \* \*

Como é sempre preferível acompanhar um argumento com um exercício, proponho este a seguir, derivado dos procedimentos do consórcio *Où atterrir* (cf. Latour 2017), que submeto ao discernimento dos leitores até que seja possível apresentar uma versão digital aceitável. Aproveitemos a suspensão forçada da maior parte das atividades para fazer um inventário daquelas que gostaríamos que não fossem retomadas e daquelas que, pelo contrário, gostaríamos que fossem ampliadas. Responda às seguintes perguntas, primeiro individualmente e depois coletivamente:

**1<sup>a</sup> pergunta:** Quais as atividades agora suspensas que você gostaria que não fossem retomadas?

**2<sup>a</sup> pergunta:** Descreva por que essa atividade lhe parece prejudicial / supérflua / perigosa / sem sentido e de que forma o seu

desaparecimento / suspensão / substituição tornaria outras atividades que você prefere mais fáceis / pertinentes. (Faça um parágrafo separado para cada uma das respostas listadas na pergunta 1).

**3<sup>a</sup> pergunta:** Que medidas você sugere para facilitar a transição para outras atividades daqueles trabalhadores / empregados / agentes / empresários que não poderão mais continuar nas atividades que você está suprimindo?

**4<sup>a</sup> pergunta:** Quais as atividades agora suspensas que você gostaria que fossem ampliadas / retomadas ou mesmo criadas a partir do zero?

**5<sup>a</sup> pergunta:** Descreva por que essa atividade lhe parece positiva e como ela torna outras atividades que você prefere mais fáceis / harmoniosas / pertinentes e ajuda a combater aquelas que você considera

desfavoráveis. (Faça um parágrafo separado para cada uma das respostas listadas na pergunta 4).

**6ª pergunta:** Que medidas você sugere para ajudar os trabalhadores / empregados / agentes / empresários a adquirir as capacidades / meios / receitas / instrumentos para retomar / desenvolver / criar esta atividade?

## Referências

- CHARBONNIER, Pierre. 2020. *Abondance et liberté: une histoire environnementale des idées politiques*. Paris: La Découverte.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2014. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Desterro: Instituto Socioambiental/Cultura & Barbárie.
- KAZIC, Dusan. 2019. Plantes animées: de la production aux relations avec les plantes. Tese Agroparitech.
- LATOUR, Bruno. 2015. *Face à Gaïa: Huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Paris: Éditions La Découverte.
- \_\_\_\_\_. 2017. *Où atterrir, comment s'orienter en politique*. Paris: La Découverte.
- \_\_\_\_\_. 2019. Nous ne vivons pas sur la même planète – un conte de Noël. AOC 20/12. Acessível em: <<https://aoc.media/opinion/2019/12/19/nous-ne-vivons-pas-sur-la-meme-planete-un-conte-de-noel/>>.
- STOLLER, Matt. 2020. The coronavirus relief bill could turn into a corporate coup if we aren't careful. *The Guardian*

**22/03.** Acessível em:  
<https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/22/coronavirus-relief-bill-corporate-coup>.

[9]

# Alguns questionamentos sobre governo, um vírus e a fome

*Lis Furlani Blanco*

30/03/2020

Publicado originalmente em: <<https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/alguns-questionamentos-sobre-governo-um-virus-e-a-fome/>>. Texto incluído aqui para uso acadêmico. Favor referir à publicação original.

*“Eu tenho quase certeza que não vou morrer por causa desse vírus aí, mas se eu parar de trabalhar eu e toda a minha família vamos morrer de fome”.*

Foi no dia 18 de março que ouvi pela primeira

vez essa frase, dita por um motorista de *Uber*, e que logo depois se tornou tão popular na mídia conjuntamente à progressão da pandemia de COVID 19 no país. Naquele dia fui à São Paulo para participar em um programa de rádio sobre Fome e Direitos Humanos.

A universidade na qual eu realizo minha pesquisa de doutorado, Unicamp, havia cancelado todas as atividades até o dia 14 de abril e eu já estava em uma quarentena auto imposta pois tinha participado de muitos eventos com pessoas recém chegadas da Europa. Por esses e outros motivos, a ida para São Paulo me deixava um pouco ansiosa, principalmente ao saber que a cidade se configurava como o epicentro da doença no Brasil.

Depois de confirmar com os organizadores do programa que a entrevista ia acontecer de qualquer maneira, me preparei para a viagem

tentando seguir ao máximo as medidas de higiene recomendadas.

No entanto, ao entrar na cidade fui percebendo que a vida por ali estava beirando a normalidade. Pessoas estavam trabalhando em lojas, havia vendedores de água e salgadinhos nos semáforos, os restaurantes estavam cheios e os ônibus municipais estavam tão lotados como usual. Assim, temendo contaminar alguém com a doença que nem sabia se tinha, resolvi chamar um *Uber* e, no caminho, comecei uma conversa que resultou na frase com a qual iniciei este texto.

A afirmação do motorista ficou martelando na minha cabeça durante todo o dia. Mais do que isso, foi essencial para me fazer pensar na relação entre a fome, os direitos sociais básicos e a epidemia que estávamos por enfrentar – o que acabou sendo o principal tópico de discussão da entrevista naquela manhã.

A comida sempre foi boa para pensar, como afirmou Lévi-Strauss (1929). Mas em relação à pandemia do COVID-19, a comida é objeto essencial para entendermos melhor os efeitos desta doença, não apenas compreendendo-a como epifenômeno de relações sociais mais amplas. Principalmente, porque o novo coronavírus tem suposta origem no consumo de animais exóticos, e porquê sua epidemia impôs quarentena e distanciamento social para um número massivo da população mundial. E isto acabou impedindo ou alterando o acesso a direitos sociais mais básicos, tais como alimentação, habitação e saúde.

Estou certa, assim como diversos pesquisadores e cientistas das mais variadas áreas, que a atual pandemia pode ser compreendida como um momento crucial para repensarmos categorias estruturais de nossa vida em sociedade como a economia, a política,

o governo e o Estado. Assim, a discussão sobre o acesso à comida enquanto necessidade básica para a sobrevivência parece ser um bom ponto de partida.

Em 1948, com a criação das “Nações Unidas”, após o fim de uma das maiores crises globais até então vividas, foi assinado a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, cujo artigo 24 afirma:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (ONU, 1948).

Essa declaração, apesar de não constituir uma obrigação jurídica para os Estados, se propunha como uma resolução com o objetivo de evitar uma nova situação catastrófica como aquela

experienciada durante a Segunda Guerra Mundial.

No momento atual, ao prestarmos atenção nas implicações que a epidemia de COVID-19 pode trazer para a sociedade como um todo, somos incitados a questionar se esses direitos foram, em algum momento, realmente garantidos a todos.

Retomando a afirmação do motorista de *Uber*, mas também considerando o que os trabalhadores das mais diversas áreas têm reivindicado nesse momento, podemos nos atentar para a precariedade de muitas vidas. Talvez, grande parte da população nunca teve garantido “o direito à segurança em caso de perda dos meios de subsistência fora de seu controle” (ONU, 1948).

Penso, então, que o que essa pandemia está nos ensinando reside precisamente nos efeitos do vírus para além do tempo da ‘declarada

pandemia’, modificando ou questionando ideias acerca do próprio conceito de ‘vida’ e subsistência.

A comida é usualmente um objeto renegado ao setor privado de nossas vidas, ao domínio do *oikos*, vista como parte de uma esfera afastada da política. Agora, porém, talvez mais do que nunca, ela define aqueles que podem viver, ou os que são deixados para morrer. E nesse processo, acaba por definir também o que é entendido por economia (*oikos*) e qual a sua importância na ‘feitura do Estado’ (Lima, 2012).

De acordo com o Ministro da Saúde, Luis Henrique Mandetta (cf. Souza e Maia 2020), “a vida não se resume a uma doença, a um vírus”. Essa afirmação pode sim ser um consenso, no entanto, podemos questionar: a que se resume a vida então? Quais são os mínimos vitais que precisam ser estabilizados para que algo possa ser definido como vida? Que vida é essa que

seguiremos tendo após a resolução dessa pandemia? (E aqui não penso uma resolução no sentido de fim ou cura do problema).

Um dia após essa constatação do Ministro da Saúde, o presidente Jair Bolsonaro aprovou uma medida provisória (MP) que buscava soluções para a crise econômica decorrente do COVID-19 (cf. Agência Estado 2020). Um dos pontos mais polêmicos da medida permitia a suspensão de contratos de trabalho por até quatro meses durante o período de calamidade pública no país, desde que fossem disponibilizados cursos de formação *online* para os trabalhadores. Esse ponto foi rapidamente removido da MP após grande mobilização virtual da população. Mas o poder executivo federal segue tentando barrar toda possibilidade de criação de medidas que garantam um padrão de vida adequado para todos os cidadãos, com a justificativa de que

essas ações poderiam quebrar a economia do país.

No entanto, se nos atentarmos aos dados sobre trabalho no país percebemos que a taxa de informalidade é de 41%, o que equivale a 38,8 milhões de trabalhadores sem carteira registrada (cf. Amorim 2020). Esses números sugerem então um baixo impulso na economia, pois normalmente o trabalho informal está associado a baixos salários, além de não permitir a garantia de estabilidade e segurança no provimento familiar. Em um contexto de crise, são esses trabalhadores e suas famílias que são colocados, de uma hora para outra, em condição de total precariedade.

Face a esse problema, no dia 24 de março, o presidente Jair Bolsonaro, fez um pronunciamento oficial televisionado em todo o país, mostrando sua preocupação com a atual situação econômica. Em sua fala, tentando

minimizar os efeitos da crise, afirmou que o COVID-19 não passa de uma “gripezinha”, e que por isso somente os idosos e os casos suspeitos deveriam ser mantidos em quarentena. O resto da população deveria continuar vivendo normalmente, isto é, produzindo e consumindo.

A oposição entre economia e vida parece ser elemento central na forma de gestão do atual governo. Isso nos incentiva a questionar então, como garantir um padrão de subsistência adequado para toda a população, se o Estado não está disposto a manter grande parte dos cidadãos protegidos do vírus?

Apesar de parecer um questionamento um tanto inocente, penso que o novo coronavírus pode trazer a possibilidade de repensarmos algumas oposições dadas como ‘naturais’ que operam em nossa vida em sociedade, sendo a principal delas a oposição entre a esfera da economia e a da política. Acredito que o direito

à comida, ou próprio fenômeno da fome, podem nos ajudar a trazer luz aos aspectos mais materiais que informam esse dualismo.

Se pensamos a economia enquanto diretamente associada à manutenção da vida, isto é, como instrumento de produção e reprodução das condições materiais necessárias à existência humana digna, essa oposição entre economia e vida, ou entre economia e política, se desmancha. Mas se seguirmos entendendo essas esferas como separadas, continuaremos presos a uma ideia de vida totalmente desnuda de humanidade. O vírus terá então nos ensinado muito pouco sobre nós mesmos.

## Referências

- AGÊNCIA ESTADO. 2020. Governo publica MP que permite suspensão de trabalho por 4 meses. *A Gazeta*. 23/03.
- AMORIM, Daniela. 2019. Brasil tem recorde com 41,4% dos trabalhadores na informalidade. *Estadão*. 31/10.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1965. *Le triangle culinaire*. L'Arc.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2012. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. In: Dossiê. Fazendo Estado. *Revista de*

*Antropologia* 55(2).

- ONU. 1948. *Declaração Mundial dos Direitos Humanos*. Paris:  
III Assembléia das Nações Unidas, 10/12/1948. Res. No 217  
A. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitos\\_humanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos_humanos.php).
- SOUZA, André de; MAIA, Gustavo. 2020. Mandetta reclama da paralização de algumas atividades em razão do novo coronavírus. *O Globo*. 23/03.

[10]

# 5 coisas que eu aprendi sobre o coronavírus até ficar preso na Índia

*Michel Alcoforado*

(14/03/2020)

Publicado originalmente em:  
<<https://michelalcoforado.blogosfera.uol.com.br/2020/03/14/5-coisas-que-eu-aprendi-sobre-coronavirus-ate-ficar-preso-na-india/>>.

Texto incluído aqui para uso acadêmico. Favor referir à publicação original.

Li Bruno Latour ainda na faculdade, anos atrás, mas precisei chegar a Índia de 2020 para entender porque "jamais fomos modernos".

Aviso aos navegantes: não foram as vacas espalhadas pelas ruas, o trânsito caótico, templos por todos os lados, muitos menos os *sadouhs*, os gurus e os iôguis a pedir dinheiro, que me impressionaram. Essas coisas existem por aqui há milênios e não chocam mais a ninguém.

Foi o coronavírus, a nova celebridade do momento, que me fez entender que a promessa da modernidade não se concretizou. Isso porque o mundo está dominado pelos híbridos. A covid-19 é um deles. Os híbridos são fatos, problemas e processos tão complexos que fogem a qualquer classificação. Eles cobram dos atores sociais diálogo, diplomacia e interconexão de saberes para que sejam compreendidos. Só assim se tornam inteligíveis. Caso contrário, dá merda. Desde que deixei o Brasil numa volta ao mundo para pesquisar a relação de diferentes culturas com a falta de

tempo, é isso que tenho visto. Falta entendimento de que esse problema não é como os outros.

Parti para Tel-Aviv na tarde de 11 de fevereiro, dia em que a Organização Mundial da Saúde deu nome à doença do novo vírus: covid-19. Fiz conexão em Roma, e o cenário era de caos. Àquela altura os casos não eram muitos, e se concentravam no Norte do país. No entanto, a agente de segurança do aeroporto de Fiumicino agia como se já soubesse da pandemia. Tinha um fichário de perguntas: quando foi a última visita a Europa? Ficou quanto tempo? Vai ficar mais quanto? Veio fazer o quê? Não... Você esteve na Coreia do Sul? Prove que foi antes do surto? Israel já sabe que vão te receber? Quantas horas você vai ficar aqui em Roma? É só Roma mesmo? Prove! Vamos checar sua temperatura, ok? Tudo certo! Pode ir! Fui liberado. Ali comecei a aprender a

primeira das cinco coisas que o novo coronavírus me ensinaria, até ficar preso na Índia.

## **Primeira lição**

Fenômenos híbridos são tão complexos que ninguém consegue lê-los por completo. Cada um tem um pedaço da informação, o que torna quase impossível qualquer diagnóstico. Não temos ferramentas para comprehendê-los. Eles são emaranhados de interconexões ininteligíveis. Eles fogem de qualquer classificação feita com parâmetros antigos. Na presença deles, sempre temos informações pela metade e, por consequência, somos obrigados a tomar decisões, fazer planos, seguir pisando em terrenos movediços.

O coronavírus não foi tratado desde o princípio como um híbrido; também por isso,

fugiu pelo dedos das autoridades competentes. O oftalmologista chinês Li Wenliang, de Wuhan, que deu o primeiro alerta sobre a presença de um vírus estranho no país, foi tachado de louco e acusado de espalhar *fake news* quando constatou sua presença. As autoridades, com velhos métodos, não conseguiram identificar o híbrido que Wenliang tinha detectado.

O mesmo aconteceu com a Itália. Todo o processo de cuidado das fronteiras estava focado em pacientes já com sintomas, ou vindos da China. Especula-se que o foco de disseminação da doença no país foram os europeus contaminados dentro da fronteiras da União Europeia que, apesar de não apresentarem sintomas, estavam propensos à contaminação.

\* \* \*

Em Tel-Aviv, o clima era outro. Só queriam saber se eu havia estado em um dos "*problem-countries*" (China, Japão, Coreia do Sul e Irã, naquele momento) nos últimos 14 dias. Neguei, e entrei no país. Na capital israelense, o humor israelense dominava. Todos queriam saber se eu estava sozinho ou acompanhado do "corona". Ríamos juntos.

Ainda me lembro quando, num bar no centro da cidade, eu e um companheiro de balcão (artista, judeu marroquino, com residência em Israel e em Nova York) vimos, na televisão, a Comissão Europeia anunciar o investimento de 230 milhões de euros na luta contra a covid-19. O Centro Europeu de Prevenção pedia à OMS uma reavaliação dos riscos.

O diretor-geral, naquela ocasião, apenas afirmou que o mundo precisava se preparar para uma eventual pandemia, até porque

chamava muito a atenção o crescimento vertiginoso de casos na Itália, na Coreia do Sul e no Irã – onde dois parlamentares, ou seja, autoridades, morreram por conta da doença.

## **Segunda lição**

Na globalização, o circuito dos híbridos (pessoas, mercadorias e informações) deixa, de igual modo, todos vulneráveis. Eles não respeitam hierarquias, gente com cargo, conta bancária rechonchuda ou roupas de grife. Eles são móveis, invisíveis, entram no nosso corpo sem pedir licença, se instalam e vão passando de hospedeiro em hospedeiro pelo que nós temos de comum, a natureza humana.

Afinal, quando você imaginaria que um casamento de bacanas numa praia paradisíaca da Bahia, com blogueiras instagramáveis e com a vida perfeita, seria foco importante de difusão

da doença? Ou mais, em que momento você imaginaria que o secretário de Comunicação da Presidência, já atestado com o novo coronavírus, poderia ter infectado o presidente da República do Brasil e do Estados Unidos? Onde estava general Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que não protegeu o presidente?

Os híbridos, como o coronavírus, fogem às velhas formas de classificação de suspeição. Afinal, como vigiar, punir e controlar o perigo se todos são suspeitos, o inimigo é invisível e o culpado pela transmissão (o doente) também é vítima? Bagunça geral!

\* \* \*

Saí de Israel com destino a Bangalore, na Índia. Carregava minha máscara N-95 ainda dentro da embalagem lacrada. Apesar de, com mais de 1 bilhão de pessoas vivendo na Índia, não haver

mais que 15 casos naquele momento, a paranoia estava instalada. Pelo *wi-fi* do avião vi, pouco a pouco, meus entrevistados cancelarem nossas reuniões. E diziam: “don't come to India, Sir! Don't come to India! It's gonna be terrible soon”. Um executivo do maior jornal de língua inglesa do mundo, o *Indian Times*, me escreveu no *WhatsApp*:

"Michel, você deve está sabendo do surto de coronavírus, especialmente em Nova Déhli. Eu fico triste de lembrar, mas talvez não seja uma boa ideia pra nós e pra você que nos encontremos por agora. Eu peço mil desculpas por isso. Contudo, fico muito feliz e aberto para que nos falemos por telefone. Me avise quando estiver por Delhi."

Não tinha como voltar no meio do caminho. Desci do avião e recebi oito formulários da imigração para preencher. Os oficiais, que em geral dão pouca importância para os papéis que eles mesmos pedem, estavam tensos. Queriam

entender em detalhes o número do voo, a poltrona em que sentei, se estava sozinho e se estava na temperatura certa. Ainda na fila, por conta do perfume forte de alguns locais e da minha alergia mal curada, tive vontade de espirrar. Na mesma hora, pensei: "Se espirrar aqui, fudeu, Vão me colocar de quarentena". A paranoia era grande na fila.

Na outra manhã, um entrevistado cancelou o campo. O *workshop* de que eu participaria abriu uma enquete para saber se valia a pena manter o evento. Indianos de toda parte começaram a me enviar mensagens para evitar o uso de Tuk Tuks, o contato com pessoas e grande aglomerações. Como se fosse possível garantir essa promessa num dos países mais populosos do mundo.

Conversei com uma amiga brasileira que mora na cidade de Shenzhen, na China, sobre como andavam as coisas por lá. Para todas as

perguntas que eu fazia, ela dizia: “olha, a gente não sabe”. É difícil prever. No entanto, o que mais me chocou nos relatos da Carla, e no que vejo por aqui, é o senso de comunidade e cidadania que o coronavírus cobra das pessoas. Ainda ontem, vi um garçom contar, com os olhos cheios d'água, sobre um cliente chinês que soube que a mãe fora infectada, mas não pode irvê-la, mesmo sabendo da gravidade do caso. A covid-19 derruba muros e ergue pontes.

Na China, a quarentena imposta pelo governo deixou muita gente sem trabalhar por lá. Em um momento no qual todo mundo tá preocupado com tosse, febre e dor de cabeça, pensar em dinheiro pode ser uma infantilidade. Mas, não é. Com o *lockdown* do país e o fechamento das empresas, muitas empresas não estão conseguindo pagar seus funcionários. Afinal, todos estão em casa: produtores, trabalhadores e consumidores. O capitalismo e

sua lógica financeira está suspenso. No entanto, os boletos não param de chegar. Carla explicou que o governo chinês está incentivando acertos não financeiros entre os cidadãos.

Os prédios não estão cobrando o condomínio dos moradores, já sabendo que muitos não terão condições de quitar suas dívidas. As empresas estão pagando o quanto podem e quando podem aos seus funcionários. Os donos de imóveis estão renegociando o contrato de aluguel com os inquilinos. Os aumentos foram suspensos, novos acordos feitos e os prazos mudaram. São compromissos didáticos, entre pessoas, a partir do entendimento do contexto e do entendimento da situação do outro, independentemente da intervenção do Estado, do mercado ou de outros entes.

## Terceira lição

Com os híbridos, as velhas oposições se desfazem, e a tal da necessidade de se colocar no lugar dos outros ganha espaço. Se patrões, empregados e consumidores estão presos dentro de casa, os papéis se embaralham. Quem está certo e quem está errado? E as taxas dos condomínios? É certo que precisam ser pagas, mas se nenhum dos condôminos tem salário, como pagar? São eles devedores?

Simmel, sociólogo alemão, escreveu que o dinheiro na modernidade foi responsável por mediar e impessoalizar as relações entre as pessoas. Afinal, com dinheiro, pouco importa se o apartamento que você aluga, ou o salário que você paga, é para o Pedro, para o João ou para a Maria. Agora, sem dinheiro e com uma das piores crises econômicas à vista, estamos sendo obrigados a nos conectar e entender as

necessidades dos outros. O coronavírus nos coloca no mesmo barco e nos obriga a remar juntos.

\* \* \*

A confusão não para por aí. Saio do hotel, há um exemplar dos três principais jornais do país. No restaurante onde é servido o café da manhã, todos os estrangeiros se aventuram a desvendar quais os passos dados pelo governo. Acompanhamos juntos o crescimento dos casos no país, os novos protocolos, as novas medidas de prevenção, para decidirmos que vamos fazer. Os garçons riem de nós. Eles dizem que o governo não tem condições de estimar o número de infectados. Os números não são reais, e emendam: "This is India, Sir". Abro o celular e há anúncios de gurus sugerindo cura. "This is India, Sir."

Um jovem indiano que cuida da empresa de exportação dos pais aqui em Mumbai me falou que o fechamento das fronteiras impactou fortemente seus negócios. A economia Indiana já patina, e bolsa também não para de cair.

Donald Trump decide fechar as fronteiras dos Estados Unidos para passageiros vindos da Europa, com exceção da Reino Unido. Nesse exato momento, penso se tal decisão não tem relação com o Brexit e todo movimento contra globalização. A pergunta que fica é: uma pandemia de um vírus é um caso de saúde pública? É um problema econômico? Ou político?

## **Quarta lição**

A OMS, para além da pandemia, tratou da infomania. Isto é, junto com contaminação pela covid-19, estamos diante de uma enxurrada de

notícias que corre o risco de nos deixar mentalmente doentes. Diante de tantas mudanças, como nos informamos? Qual é o melhor caminho a seguir? Em outros tempos diríamos que o melhor caminho é se informar, acompanhar as orientações estatais e cumprir os protocolos, ou seguir os conselhos dos políticos no *Twitter*. Hoje, ninguém sabe. Alguém saberá?

É importante lembrar que, em tempo de híbridos, nenhum ator sozinho será capaz de dar conta de explicar a complexidade do que se está vivendo. Tal fato gera um ciclo vicioso perigoso: de um lado, estamos sedentos por novas informações que nos dêem uma visão mais ampla e geral do problema. E do outro, qualquer um acha que pode falar sobre qualquer coisa e influenciar comportamentos.

É hora de a ciência, o Estado e os intelectuais assumirem seu papel de

protagonistas no entendimento das questões do nosso tempo. Caso contrário, ficaremos todos perdidos: afinal, é uma pandemia ou uma paranoia propagada pela imprensa, como diz o presidente da República? Podemos acreditar nas tabelas com os índices de mortalidade dos grupos de *WhatsApp*, ou é melhor ouvir os médicos populares dizerem que é só uma gripe? A queda do preço do petróleo é culpa do coronavírus ou da crise mundial que já se anunciava? Paulo Guedes tem razão?

Há dois dias, acordei com com a notícia de que o Ministério da Saúde da Índia havia fechado as fronteiras para todos os estrangeiros até o dia 15 de abril. Fica permitida a apenas a saída dos estrangeiros. No entanto, esqueceram de pensar que é economicamente inviável para companhias aéreas chegarem ao país com os assentos desocupados, para decolar com um punhado de passageiros. Enfim, os vôos vão

rareando, não se sabe quando vamos embora e nem como. Resultado: estou preso na Índia até a segunda ordem.

Ninguém faz ideia de nada: os recepcionistas dos hotéis não têm muito o que dizer, as companhias aéreas não têm resposta e o governo também não tem a menor noção sobre o impacto das suas medidas sobre o controle da disseminação. Estamos todos só a agir sobre o presente para evitar o caos maior.

Tudo foi decidido de uma hora pra outra. A Índia não tem mais de 80 casos do coronavírus neste momento. No entanto, tomou medidas drásticas para tentar controlar o avanço exponencial da doença, depois de avaliarem a potencialidade de disseminação do vírus, sobretudo por conta das condições sócio-econômicas do país.

A Índia é o segundo país mais populoso do mundo. São 1,5 bilhão de pessoas. Boa parte da

população ainda vive em vilas rurais sem qualquer acesso a saneamento básico, água corrente ou cuidados higiênicos comuns a boa parte dos países do Ocidente. Enfim, os vídeos de *YouTube* ensinando a lavar as mãos com muito sabão por mais de 20 segundos não terão nenhum efeito por aqui.

Fora isso, a população urbana vive em cidades superpopulosas. Enfrentam transportes públicos tão cheios e precários que não há como evitar o contato físico entre os passageiros que precisam viajar horas a fio para conseguir chegar aos postos de trabalho.

Não podemos também esquecer o caráter gregário da cultura india. As famílias têm um papel decisivo na construção do caráter dos indivíduos. E é mais do que comum que várias gerações de uma mesma família compartilhem o mesmo espaço. É o que eles chamam de "*join family*". Nesse modelo, os avós, os filhos já

casados, e os netos com seus parceiros, vivem todos juntos e compartilham dos espaços comuns da casa até a hora de dormir. Seja vendo TV, jogando cartas ou compartilhando uma refeição. Gerações muitos diferentes coabitando, com acesso, em diferentes medidas, ao espaço público e às multidões, colocarão certamente em risco a saúde dos mais velhos — público no qual se observam as maiores taxas de mortalidade.

E por fim, na Índia, até hoje, faz parte da etiqueta o fato de cada indivíduo compartilhar a comida com os outros à mesa, e o normal é se alimentar com as mãos, sem garfo ou faca. Colocando a mão no prato do vizinho e levando à boca, a chance de transmissão do vírus é ainda maior.

Desse jeito, até eu, que achava que tudo não passava de uma paranoia, já começo a achar que os indianos estão certos. Quando não se

sabe como lidar com o problema comum, lidar levando em consideração as suas especificidades culturais pode ser o melhor caminho. Nem que, por isso, você acabe com os planos dos outros.

## **Quinta lição**

Os híbridos, por serem tão complexos, imprevisíveis e não adaptáveis aos velhos padrões, fazem do futuro um jogo tão aberto no qual ninguém sabe o que será do amanhã. Tensos com um presente que muda a cada segundo, e sem chance de fazer planos porque não há futuro, os híbridos nos cobram que abandonemos todas as âncoras para surfarmos de acordo com as marés. Haja estômago!

[11]

# Coronavírus: lições anti-negacionistas e o futuro do planeta

*Marcelo de Troi*

*Wagner Quintilio*

31/03/2020

Publicado originalmente em: <<https://blog.scielo.org/blog/2020/03/31/coronavirus-licoes-anti-negacionistas-e-o-futuro-do-planeta/#.XoogRtNKgXo>>. Texto incluído aqui para uso acadêmico. Favor referir à publicação original.

Bactérias e vírus são velhos conhecidos humanos. Tudo leva a crer que o modo de vida dos nossos ancestrais, os coletores caçadores que percorriam a Terra em pequenos bandos,

não favorecia a criação de epidemias. Depois de nossa fixação, passamos grande parte do tempo sobrevivendo e criando resistência imunológica a essas estruturas incríveis que habitam o planeta antes mesmo da nossa existência. Isso não faz muito tempo: não ultrapassa os 12 mil anos, época em que começaram os assentos permanentes de humanos. Apenas em 1647, Anton van Leeuwenhoek conseguiu enxergar pela primeira vez, em um microscópio caseiro “criaturas minúsculas” em uma gota de água. Nos 300 anos seguintes, passamos a ter conhecimento de muitas outras espécies microscópicas (Harari 2015).

Aqueles seres minúsculos revelariam muitas vezes um grande poder de letalidade, o que ficou comprovado com o aumento de nossa vida social, a criação de aglomerados e grandes cidades. Entre o século XIV e o XVIII, a Europa registrou cerca de 40 surtos epidêmicos. Em

alguns deles, as cidades chegavam a perder de 20 a 30% de sua população. No século XVII, somente a peste europeia teria provocado em Londres a morte de 70 mil pessoas e a fuga de outras 300 mil pessoas (Del Priore 2015:152). Em 2020, celebramos os 100 anos do fim da temível gripe espanhola que exterminou 50 milhões de indivíduos em todo o mundo,<sup>5</sup> sendo 300 mil no Brasil (Westin 2020).

No século XIX e início do XX, as epidemias serviram para implantação de projetos higienistas que extrapolavam as questões ligadas à limpeza das cidades. Ações políticas em nome da higiene serviram para exterminar e expulsar pobres de regiões da cidade, expandir o espaço citadino a partir de princípios esboçados pelo urbanismo destruidor do Barão

---

<sup>5</sup> O site *Visual Capitalist* criou um infográfico com a história das pandemias no qual compara os números estimados de mortes em cada uma delas. Informação disponível em: <<https://www.visualcapitalist.com/history-of-pandemics-deadliest/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

de Haussmann na Paris oitocentista, que influenciou todas as metrópoles ocidentais. Um exemplo brasileiro, dentre tantos, foi a destruição do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro (Troi 2017), território de fundação da cidade eliminado a partir de jatos de água succionados do mar no início do século passado. As terras do Morro deram origem ao atual aterro do Flamengo.

O filósofo Michel Foucault, que se debruçou sobre as relações entre conhecimento e poder, estudou com detalhes os instrumentos de vigilância e punição na sociedade. Foucault foi perspicaz ao notar as mudanças de tratamento entre as ocorrências de hanseníase e de peste na Europa, diferenciando os regimes de expulsão da cidade, para o primeiro, e a instauração da quarentena, no segundo. Além disso, o filósofo e historiador vai notar que a união de discursos médicos, judiciários e policiais deixava

evidentes os outros interesses que permeavam as sociedades disciplinares. Para Foucault, “a exclusão do leproso” e a “inclusão do pestífero” é um dos grandes fenômenos ocorridos no século XVIII. A quarentena ensejava um controle da cidade e dos corpos: “a peste traz consigo também o sonho político de um poder exaustivo, de um poder sem obstáculos, de um poder inteiramente transparente a seu objeto, de um poder que se exerce plenamente” (Foucault 2001:59).

Por outro lado, em muitos desses períodos, o papel das autoridades, em princípio, era negar o que estava ocorrendo. Sob o argumento de que não era necessária a preocupação, evitando “histeria” e “alarmismo”, tais atitudes quase sempre escondiam interesses políticos e econômicos. O século XIX, considerado um dos mais atingidos por epidemias, foi um período de muitas discussões a respeito da teoria do

contágio, onde surgiu uma nova geração de cientistas negacionistas que duvidava da eficiência das quarentenas e dos cordões de isolamento: “numa clara associação entre teorias anticontágio e interesses comerciais, que os governos do norte da Europa, mais liberais e progressistas, avançaram com políticas higienistas abolindo quarentenas e cordões sanitários” (Almeida 2011:1064). Os Estados também abraçaram o discurso negacionista em função das perdas econômicas. No início do século XX, situações parecidas foram narradas nos surtos de febre amarela no Brasil, com médicos que recorriam a práticas religiosas, negando a transmissibilidade da doença (Franco 1969). As consequências eram as piores possíveis.

A epidemia da Covid-19, que afeta o mundo desde o final de 2019, tem repetido muitas das situações anteriores, vividas na idade moderna

durante períodos de epidemia. Num misto de incompetência política e falta de discernimento em relação à realidade, crises epidêmicas têm sido agravadas pela tentativa de dar prioridade à mitigação dos efeitos econômicos em detrimento aos regimes de quarentena. Segundo diversos analistas, essa atitude teria custado à Itália um aumento do número de casos. Somado a isso, atualmente vivemos na era da disseminação instantânea da informação, sob forte influência de correntes de pensamentos negacionistas. Negam-se fatos históricos, negam-se evidências científicas das mais contundentes, resumindo a produção de conhecimento ao que se convencionou chamar de “guerra cultural”. Líderes políticos tentam desacreditar o valor e importância das Ciências em detrimento de seus interesses ideológicos. Mau sinal. A história nos mostra que isso pode

agravar a situação e aumentar vertiginosamente o número de mortos.

O novo vírus nos impõe uma nova configuração de transmissão e pode, ao que tudo indica, tornar-se a maior epidemia do século XXI. Mas o que a Covid-19 sinaliza para todos os humanos?

## A Covid-19

Coronavírus é uma grande classe de vírus envelopados de RNA positivo não segmentado. Foram descritos pela primeira vez na década de 1960 a partir de estudos relacionados à bronquite aviária. O nome deriva do seu aspecto: vistos em microscopia eletrônica, seu capsídeo circular com as espículas de proteína se assemelham à corona solar (Nature 1968).

Trata-se de uma família vírus que, majoritariamente, afeta animais, sendo que em

humanos são conhecidas sete variedades. Delas, quatro já tinham sido detectadas no Brasil e foram responsáveis por infecções respiratórias de pouca importância (Góes et al. 2019). SARS-CoV-1 e MERS-CoV são as outras duas variedades que não chegaram ao país, felizmente. A primeira provocou o surto de Síndrome Respiratória Aguda (SARS), sobretudo na Ásia, entre 2003 e 2004 e, a segunda, foi responsável pela Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificada pela primeira vez na Arábia Saudita em 2012.

Se o MERS-CoV tem como origem os camelídeos (WHO 2020), tanto o SARS-CoV-1 quanto o SARS-CoV-2 (responsável pela epidemia atual, Covid-19) foram originários de morcegos (Wu et al. 2020), a partir de mutações que, em conjunto com a proximidade às comunidades humanas, favoreceram o

advento da epidemia. Em especial, no caso do SARS-CoV-2, ao contrário do propalado nas redes de *fake news*, é improvável que o vírus tenha sido originado por manipulação em laboratório a partir do SARS-CoV-1 (Andersen et al. 2020; Benvenuto et al. 2020).

Vírus respiratórios podem infectar o trato superior (nariz e garganta, onde tendem a ser altamente contagiosos) ou o trato respiratório inferior (traqueia e pulmões, onde se espalham com menor facilidade, mas de maneira mais mortal). O SARS-CoV-2 uniu essas duas habilidades. Além disso, o vírus utiliza um mecanismo de entrada nas células que depende de uma proteína de superfície encontrada nas células de mucosa do trato respiratório superior, além de várias outras no organismo (Xu et al. 2020), o que lhe confere uma infectividade muito alta.

Soma-se a isso tudo uma relativa estabilidade. O vírus mantém sua infectividade fora do corpo humano por um tempo relativamente longo, favorecendo a transmissão. Em superfícies como plástico e metal, chegam a resistir por até três dias. Em papel e em aerossóis, resistem por algumas horas (Van Doremalen et al. 2020). Daí o alarme: uma doença potencialmente perigosa, se juntou à alta capacidade de infectar seres humanos.

A letalidade da Covid-19 não é, *per se*, alta. Afinal, há outras doenças com letalidade bem maior (Information is Beautiful 2020). A partir de dados de março de 2020, conclui-se que a letalidade da Covid-19 estava em aproximadamente 2%, em média. Considerando que a gripe aviária (H5N1) tem letalidade de quase 60%, que a febre amarela, velha conhecida dos brasileiros, mata 7% dos

infectados, e que a gripe sazonal mata algo em torno de 0,1% dos infectados (CDC 2020), averigua-se uma letalidade baixa para a Covid-19. Porém, o problema não é a letalidade, mas a morbidade.

O SARS-CoV-2 é um vírus desconhecido, tanto pela Ciência, quanto pelo sistema imunológico do ser humano. Sua alta capacidade de infectar pode provocar uma pneumonia severa que demanda hospitalização com assistência respiratória. E esse é o problema do ponto de vista de saúde pública: sobrecarga dos hospitais e, no caso do Brasil, do já precário sistema de saúde.

Além disso, a medida de quarentena, que comprovadamente impede o aumento de transmissão de casos, atinge em cheio a sociabilidade dos humanos, uma das principais características da nossa espécie. Sem dúvida, o isolamento traz consequências psíquicas para

todos os indivíduos, e para a coletividade como um todo, favorecendo tentativas e teorias que minimizam a necessidade dessa ação extrema. Trata-se, porém, de uma ação necessária para evitar uma explosão do contágio.

## Vigilância e tecnologia

Em artigo recente para o *Financial Times*, o professor Yuval Harari (2020) tratou de refletir sobre o mundo após o coronavírus. Ele pergunta no final: “Iremos percorrer o caminho da desunião ou adotaremos o caminho da solidariedade global?” Dentre as diversas preocupações descritas pelo historiador, estão as tecnologias usadas para contar a epidemia. Isso cria um paradoxo, porque ao mesmo tempo em que desejamos e concordamos com as medidas de quarentena para evitar o contágio, sabemos que elas tratam, em última instância,

da suspensão de direitos constitucionais extremamente valiosos para as democracias liberais. Vigilância totalitária e empoderamento dos cidadãos estão no centro dessa preocupação.

A China adotou diversas tecnologias de vigilância para conter o avanço do vírus, como: reconhecimento facial; monitoramento de *smartphones*; câmeras que podem medir a temperatura dos corpos no espaço urbano; aplicativos móveis que avisam a proximidade de pessoas infectadas. Para Harari, a epidemia pode ser um divisor de águas na história da vigilância já narrada anteriormente por Foucault, normalizando a implantação de ferramentas, criando uma transição dramática da vigilância “sobre a pele”, para a vigilância “sob a pele”.

Muitos pensadores trataram apressadamente de ver a Covid-19 como um

duro golpe contra o capitalismo global. Mas a história também tem nos sinalizado que não é bem assim. Naomi Klein demonstrou, em seu livro *A doutrina do choque*, como no mundo contemporâneo o capitalismo tem se aproveitado de desastres naturais para recrudescer o regime neoliberal. Após o furacão Katrina, o governo norte-americano aproveitou o momento para vender as escolas, até então comunitárias, para a iniciativa privada. Klein mostrou como o dinheiro para as vítimas da enchente era desviado para erradicar o sistema público e privatizar o setor da educação.

Com a população fragilizada pelo choque, e incapaz de agir, o enfrentamento de situações de emergência transforma-se em um mercado aquecido, servindo para governos com viés totalitários desestabilizarem as democracias. Dois rápidos exemplos recentes no Brasil, a partir da chegada da Covid-19, foram a compra

de máscaras cirúrgicas com preço 67% acima do seu valor de um aliado do governo<sup>6</sup> e a Medida Provisória 928, que suspendeu a Lei de Acesso à Informação.<sup>7</sup> O diretor geral da Organização Mundial da Saúde alertou para o fato de que a Covid-19 está gerando uma repressão global à liberdade de imprensa. Nos Estados Unidos, informações falsas e enganosas do presidente Trump foram ampliadas por uma rede de comentaristas nas mídias sociais e na *Fox*

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre esse fato, leia a reportagem “Coronavirus: sem licitação Mandetta paga 67% mais caro para comprar máscaras de empresa de bolsonarista”, do *The Intercept Brasil*, disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/22/mandetta-mascaras-bolsonarista-coronavirus/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>7</sup> A Lei de Acesso à Informação é considerada uma das maiores conquistas da recente democracia brasileira. Com ela, foi estabelecido um novo padrão na administração pública obrigando os gestores a tornarem transparentes e acessíveis todas as movimentações do governo, com prazos para a entrega de informações. Sobre a Medida Provisória que suspendeu a lei, leia a reportagem “MP que suspende Lei de Acesso à Informação fere conquista democrática”, no site *Consultor Jurídico*, disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-24/mp-suspende-acesso-informacao-fere-conquista-democratica>>. Acesso em: 25 mar. 2020. No dia 26 de março, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da MP.

*News*, atrasando a resposta pública no país, informou a *Columbia Journalism Review*, uma das mais respeitadas revistas de jornalismo do mundo, publicada desde 1961.<sup>8</sup>

A partir do atual cenário, o filósofo Vladimir Safatle chegou a cunhar o conceito de “estado suicidário” para descrever a atual situação do Brasil, um novo modelo de gestão do neoliberalismo, afirmando:

Há várias formas de destruir o Estado, e uma delas, a forma contra-revolucionária, é acelerando em direção à sua própria catástrofe, mesmo que ela custe nossas vidas. (Safatle 2020).

---

<sup>8</sup> Em artigo publicado no dia 25/03/2020, a *CJR* explana sua preocupação com a liberdade de imprensa e a cobertura da epidemia no mundo, combatendo a idéia oportunista da China de que o controle do governo sobre as informações era essencial para combater a crise. O artigo completo está disponível em: <<https://www.cjr.org/analysis/coronavirus-press-freedom-crackdown.php>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

## **Um doença na era das *fake news***

Em diversas partes do globo, além de lidarem com os desafios impostos pelo próprio vírus e os respectivos sistemas de saúde, cientistas, governos locais e sociedade civil organizada têm lutado contra outro inimigo: a desinformação.

Temos testemunhado diversos governos ao redor do globo, que elegeram como inimigos alguns dos principais pilares das chamadas “democracias liberais” desde a criação do Estado moderno, a saber: a imprensa; as ciências; e a política.

Atuar em situações de emergência, nas quais o inimigo não é visível, exige confiança naqueles que detêm o poder político, o conhecimento e a informação qualificada. Que tipo de governo é esse que se instalou nos países, e que visa a destruição das próprias

ferramentas democráticas, com teorias conspiratórias e distorção de fatos históricos? Tem se evidenciado que muito do seu poder e controle vêm por um misto de obscurantismo religioso e negacionista, mesclado com as próprias tecnologias do mundo contemporâneo, como as redes sociais e seus jogos algorítmicos. Para Bruno Latour (2018), essa situação só foi possível porque há um déficit na prática compartilhada: falta-nos um mundo compartilhado. Se o conhecimento só pode existir apoiado por instituições que possam ser confiáveis, e tem sido objetivo desses governantes minar a confiança nas instituições, uma espécie de “delírio epistemológico” torna-se público.

Grande parte da comunidade científica tem gasto seu tempo não apenas para informar a população sobre os cuidados para evitar a transmissão da Covid-19, e sobre as projeções

numéricas de infectados que impediriam o colapso dos sistemas de saúde. Cientistas no mundo inteiro têm utilizado seu precioso tempo também para desfazer informações mentirosas, ou convencer governantes oportunistas, de que a ciência pode auxiliar na tomada de decisões que podem evitar a morte de vidas.

Para Harari (2020) para atingirmos um estado de conformidade e cooperação, essencial para vencer a epidemia, será preciso confiança. Confiança nas ciências, nas autoridades públicas e na mídia. “Agora, esses mesmos políticos irresponsáveis podem ficar tentados a seguir o caminho do autoritarismo, argumentando que você simplesmente não pode confiar no público para fazer a coisa certa”, afirmou o estudioso.

## **Covid-19 e o mundo futuro**

A Attac France, uma associação independente francesa que mobiliza a sociedade por justiça social e ecológica, publicou um texto recentemente sobre a construção do mundo futuro após a epidemia do coronavírus, afirmando não querer um retorno à normalidade, “porque a normalidade neoliberal e produtivista é o problema”.<sup>9</sup>

A Covid-19 tem funcionado como um amplificador, uma lente de aumento dos problemas do Antropoceno (essa era em que os humanos tornaram-se uma força geológica

---

<sup>9</sup> O ensaio intitulado “Coronavírus: uma revolução ecológica e social para construir o mundo futuro” pode ser lido em publicação do dia 23/03/2020, disponível em: <<https://france.attac.org/nos-publications/notes-et-rapports/article/coronavirus-une-revolution-ecologique-et-sociale-pour-construire-le-monde-d>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

capaz de desestabilizar o planeta) e do capitalismo neoliberal, demonstrando a importância do papel do Estado e dos sistemas públicos de saúde. As ações de isolamento e circulação tomadas por conta do vírus evidenciaram que o ser humano funciona como uma verdadeira epidemia para o planeta Terra e para as espécies não humanas. Não são raros os registros de pessoas que têm percebido o aumento da presença de insetos e animais, até mesmo em áreas urbanas. A ausência de pessoas também modificou a paisagem de muitos locais, a exemplo de Veneza.<sup>10</sup>

A presença do vírus em nosso cotidiano provocou mudanças radicais nas nossas formas de vida. Primeiro na China, depois na Itália,

---

<sup>10</sup> A claridade das águas nos canais da cidade italiana surpreendeu moradores e pesquisadores. A ausência dos transportes aquáticos motorizados deixou de agitar as águas. Sobre esse assunto veja matéria no *The Guardian*, do dia 20/03/2020, disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/20/nature-is-taking-back-venice-wildlife-returns-to-tourist-free-city>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

com a diminuição da poluição na área afetada pelo vírus registrada a partir de comparação de imagens de satélites.<sup>11</sup> Com isso, fica demonstrado que a atividade humana gera impacto, e que seria possível uma ação global de emergência para diminuir as emissões de gases estufas, garantindo um planeta menos aquecido. Isso também evitaria o aparecimento de novas epidemias a partir dos inúmeros vírus que podem estar congelados nos chamados *permafrost*,<sup>12</sup> solos congelados há milhares de anos, ou mesmo os organismos virais que ainda se abrigam nas florestas remanescentes que

---

<sup>11</sup> O impacto das emissões de gases estufa foi registrado pelos satélites em registros de dezembro de 2018 e março de 2019, comparados à imagens de dezembro de 2019 e março de 2020. Os dados de satélite foram analisados no jornal *The New York Times*, em parceria com o Descartes Labs, um grupo de análise geoespacial, em reportagem do dia 17/03/2020, disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2020/climate/coronavirus-pollution.html>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

<sup>12</sup> Uma reportagem da *BBC Brasil*, em 15/05/2017, relata como o derretimento de geleiras está levando ao ressurgimento de doenças “adormecidas”, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-earth-39905298>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

estão sendo destruídas pela força do agronegócio.

Evidencia-se nesses tempos que a principal arma contra o coronavírus é a mesma contra a crise climática: parar. E isso desafia o modelo de vida imposto desde a modernidade e pautado, essencialmente, pela velocidade. Não conseguimos parar porque todos os sistemas produtivos e econômicos estão aliados a essa lógica. A Covid-19 atinge em cheio um dos pressupostos da globalização, que é a mobilidade, interrompendo de maneira inédita e global a circulação de pessoas (Xiang 2020) e de mercadorias.

A Covid-19 tem sido responsável pelo aparecimento de outra temporalidade, desorganização da vida que só experimentamos em meio aos levantes e às revoluções, a exemplo das Jornadas de Junho de 2013, que nos atiraram momentaneamente em outras lógicas,

fazendo-nos repensar toda a estrutura de vida atual.

Se os governos têm tomado medidas de austeridade com a intenção de socorrer a economia em detrimento das vidas humanas, isso é mais uma prova de que, mesmo com toda a suposta ameaça à economia, a Covid-19 pode, no final, representar lucro e mais depauperamento de vida para as camadas menos favorecidas. Contra isso, cientistas do mundo inteiro têm trocado informações sobre o enfrentamento da epidemia, humanizando linhas de produção, e governos nacionalizaram hospitais, para que o lucro não esteja acima das vidas humanas.

Os países que não negam a gravidade da situação, e que confiam nas Ciências, pautando decisões a partir daqueles que dedicam suas vidas à construção de conhecimento, têm tido mais chance de reduzir a curva de transmissão,

e também de mortos. No meio de tantas más notícias, uma solidariedade global se desenha, demonstrando que, em momentos de emergência, podemos fazer o melhor para garantir o futuro.

Podemos e devemos transformar a experiência da epidemia em algo positivo, pensando em um mundo mais justo, menos desigual, e isso deveria valer para pensarmos a crise climática, uma bomba relógio em curso. Mas como sensibilizar as pessoas tal e qual foram sensibilizadas pela ameaça viral? Porque esperar o pior acontecer, se podemos agir agora como já estamos agindo contra a Covid-19?

## Referências

- ANDERSEN, K.G., RAMBAUT, A., LIPKIN, W.I. et al. The proximal origin of SARS-CoV-2. *Nat Med* (2020).  
<https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9>
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out.-dez. 2011, p.1057-1071. Disponível em:

- <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000400006>>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- BENVENUTO, D., GIOVANETTI, M., SALEMI, M. et al. (2020) The global spread of 2019-nCoV: a molecular evolutionary analysis, *Pathogens and Global Health*, Disponível em: <[doi.org/10.1080/20477724.2020.1725339](https://doi.org/10.1080/20477724.2020.1725339)>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- CDC, 2020. 2019-2020 U.S. Flu Season: Preliminary Burden Estimates. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/flu/about/burden/preliminary-in-season-estimates.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- DEL PRIORE, Mary. *O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 15 de janeiro de 1975. In: *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.39-68.
- FRANCO, Odair. *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/ Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1969.
- GÓES, LGB, ZERBINATI, RM, TATENO, AF, et al. Typical epidemiology of respiratory virus infections in a Brazilian slum. *J Med Virol*. 2019; 1– 6. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/jmv.25636>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens – uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L & PM, 2015.
- \_\_\_\_\_. The world after coronavirus. *Financial Times*, [online], London, 20 mar. 2020, sp. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75?segmentid=acee4131-99c2-09d3-a635-873e61754ec6>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- INFORMATION IS BEAUTIFUL. 2020. The Microbescope. Disponível em: <<https://informationisbeautiful.net/visualizations/the-microbescope-infectious-diseases-in-context/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LATOUE, Bruno. *Down to Earth: Politics in the New Climate Regime*. Medford: Cambridge, 2018.

- SAFATLE, Vladimir. Bem vindo ao estado suicidário. *Pandemia crítica*, v.04, [online], Editora n-1, mar. 2020. Disponível em: <<https://n-1publications.org/004>>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- TROI, Marcelo de. Carrocracia: fluxo, desejo e diferenciação na cidade. *Revista Periódicus*, UFBA, Salvador, vol. 1, n.8, nov. 2017, p. 270-298. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22764>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- VAN DOREMALEN, N., BUSHMAKER, T., MORRIS, D. H. et al. Aerosol and Surface Stability of SARS-CoV-2 as Compared with SARS-CoV-1. *The New England Journal of Medicine*, 2020. Disponível em: <<https://www.doi.org/10.1056/NEJMc2004973>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- VIROLOGY: Coronaviruses. *Nature* 220, 650 (1968). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/220650bo>>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- WESTIN, Ricardo. Em 1918, gripe espanhola espalhou morte e pânico e gerou a semente do SUS. *Jornal El País*, [online], 15 mar. 2020, sp. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-16/em-1918-gripe-espanhola-espalhou-morte-e-panico-e-gerou-a-semente-do-sus.html>>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- WHO, 2020. Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV). Disponível em: <[https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/middle-east-respiratory-syndrome-coronavirus-\(mers-cov\)](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/middle-east-respiratory-syndrome-coronavirus-(mers-cov))>. Acesso em: 24 mar. 2020
- WU, F., ZHAO, S., YU, B. et al. A new coronavirus associated with human respiratory disease in China. *Nature* 579, 265–269 (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41586-020-2008-3>>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- XIAO, Biao. From Chain Reaction to Grid Reaction: Mobilities and Restrictions During the Epidemics of SARS and COVID-19. *Science, Medicine and Anthropology*, [online], 6 mar. 2020. Disponível em: <<http://somatosphere.net/forumpost/from-chain-to-grid-reaction/>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

XU, H., ZHONG, L., DENG, J. et al. High expression of ACE2 receptor of 2019-nCoV on the epithelial cells of oral mucosa. *Int J Oral Sci* 12, 8 (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41368-020-0074-x>>. Acesso em: 24 mar. 2020.